

Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira

Christina de Rezende Rubim

“O campo intelectual brasileiro é bem mais complexo do que se poderia supor a partir de visões parciais, compostas de imagens isoladas que se insinuam pelo relevo atribuído em apologias. É, sobretudo, o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantêm com as instâncias do poder, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos” (Luiz de Castro Faria, 1993, p. 5).

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer um mapeamento das publicações sobre a história da Antropologia no Brasil. Não pretendo com isso esgotar o assunto ou os textos citados, como também não é minha intenção discorrer apenas sobre aqueles textos que explicitamente tratam do tema em questão. Na verdade, a intenção foi fazer uma seleção de textos — da história da disciplina, sobre o pensamento antropológico e daqueles que tratam do perfil e situação dos programas de pós-graduação — que pudessem nos orientar no sentido de perceber como se tem construído, teoricamente e na prática, a Antropologia entre nós. Mesmo porque, no momento em que fazemos a seleção de algumas publicações em detrimento de outras, estamos priorizando um determinado recorte da realidade histórica, empobrecendo-a necessariamente.

Neste texto, pois, faço o caminho dos demais autores que escreveram sobre a Antropologia no Brasil; ou seja, o recorte escolhido é também o da cronologia, o das temáticas desenvolvidas e o das instituições em que atuamos.

O recorte é também o do pensamento antropológico, poderíamos dizer, moderno, isto é, aquele que se construiu a partir da institucionalização dos programas de pós-gradua-

ção em Antropologia Social no Brasil, embora já se encontrasse presente, anteriormente a este período, nas preocupações de um grupo de intelectuais que se autodefiniam como profissionais da área de Antropologia. A proposta mais objetiva é seguir caminhando através dos autores escolhidos, pontuando algumas questões e problemáticas presentes em seus textos, sem contudo aprofundá-las.

Momentos que Antecederam a Profissionalização do Antropólogo através dos Programas de Pós-Graduação

Na primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em novembro de 1953, havia já uma preocupação com o fazer antropológico no Brasil, com o ensino universitário na área, a institucionalização da disciplina na academia, bem como com os seus limites e possibilidades ante uma realidade específica. Na ocasião, foi apresentada pelo professor Egon Schaden uma comunicação sobre a Antropologia institucionalizada, que na época se restringia quase que somente ao ensino universitário de graduação.

Os textos com os quais começo este roteiro são significativos na compreensão da Antropologia brasileira no período anterior à im-

plantação dos programas de pós-graduação, no final da década de 60. São eles: “Problemas do Ensino da Antropologia”, a referida comunicação de Egon Schaden (1954), publicada depois na *Revista de Antropologia*; “Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-Profissional por Antropólogos no Brasil”, de Mário Wagner Vieira da Cunha (1955), outra comunicação apresentada naquela reunião e publicada na mesma revista; “O Ensino da Antropologia no Brasil”, de Eunice Ribeiro Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso (1961), também publicado na *Revista de Antropologia*, e as observações de Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden apresentadas à Reunión para la Integración de la Enseñanza, em 1967, e publicadas no *Anuário Indigenista* sob os títulos “Brasil 1” (Cardoso de Oliveira, 1967) e “Brasil 2” (Schaden, 1967), respectivamente.

Apesar de tratarem das condições e da qualidade do ensino de Antropologia no Brasil na época, a preocupação maior que transparece nestes textos é com a formação do profissional em Antropologia, tanto no que diz respeito ao ensino quanto à formação dos pesquisadores, ou seja, os objetivos que mais tarde serão encampados pelos programas de pós-graduação. O que mais sobressai nos textos, quando comparados àqueles escritos no período da pós-graduação, é a concepção da Antropologia como uma ciência abrangente e múltipla, que trata dos problemas biológicos e culturais relativos ao homem e que, necessariamente, inclui especialidades como a Arqueologia, a Antropologia Física, a Lingüística, a Antropologia Cultural, Etnografia brasileira.

Os anos 50 foram um período de confirmação e proliferação do ensino superior brasileiro. Várias instituições de ensino foram criadas por todo o território nacional e logo começou-se a sentir a influência de uma geração de intelectuais formados no país. A ciência e a tecnologia tornaram-se, por analogia com o que vinha acontecendo nos Estados Unidos, prioridades governamentais. No campo das ciências sociais, foi o período de criação de entidades profissionais como a Associação

Brasileira de Antropologia (ABA) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A década de 60 é, sem dúvida, significativa na compreensão dos rumos tomados pela Antropologia no Brasil. Foi um momento de “escolhas”, quando a ênfase nos aspectos sociais do homem foi se firmando, respaldada pela conjuntura sociopolítica da época. Na verdade, este foi um período de grande transformação do ensino como um todo, e que confirmou a necessidade de profissionalização do antropólogo no país. A Antropologia Cultural/Social¹ começou a se afirmar e foram sendo criadas as condições necessárias para a formação do profissional em Antropologia, que viria a se consolidar na década seguinte.

O texto de Egon Schaden de 1954 discute algumas questões que faziam parte das preocupações dos antropólogos de então e que, resguardadas as particularidades da época em que foi escrito, continuam atuais no pensamento antropológico contemporâneo e fundamentais para a compreensão do que é a Antropologia brasileira. Schaden parte do suposto de que a disciplina possui uma identidade própria no campo mais geral das ciências sociais; mesmo sem contar com a unidade de seu objeto de estudo, guarda a sua singularidade na perspectiva de análise utilizada e na forma especial de se aproximar da realidade. Segundo ele, as escolas teóricas antropológicas² conviviam criativamente entre si, não existindo uma “teoria antropológica brasileira” — o que seria contraditório com o espírito da Antropologia “[...] de explicar o lugar do homem na natureza ou, em outros termos, a compreensão científica da natureza humana” (Schaden, 1954, p. 3). Colocando-se contrário a qualquer nacionalismo³ científico, o autor, no entanto, não deixa de considerar a riqueza empírica e singular proporcionada pelo nosso país na compreensão da Antropologia.

O objetivo principal de “Problemas do Ensino da Antropologia” é discutir a situação da Antropologia no Brasil na época, que, como vimos, não fugia muito do ensino da disciplina na graduação e tinha como objetivos: (a) formar estudantes de História, Geografia e Ciências So-

ciais; (b) formar professores universitários de Antropologia; (c) formar pesquisadores; (d) formar técnicos na solução de problemas práticos. Egon Schaden reconhece que existem limites nesta formação e propõe a criação de alternativas que venham a romper com o que denomina de semidiletantismo.

Mesmo deixando clara a necessidade de complementaridade entre ensino e pesquisa, o autor faz uma diferenciação entre a Antropologia acadêmica e o que chama de Antropologia aplicada, entre a qualificação do antropólogo e a do professor de Antropologia. O ensino, diz ele, “[...] deve ultrapassar a transmissão de conhecimentos e técnicas de investigação”, dando uma visão global dos fenômenos humanos, devendo-se contar com a participação dos alunos em pesquisas de Antropologia Física e Cultural. Importante notar que, ao se referir à transmissão dos conhecimentos antropológicos na universidade, Egon Schaden rejeita qualquer tipo de especialização. No seu entender, o professor, ao contrário do pesquisador, deve ter a Antropologia como objeto de estudo. O antropólogo como profissional, no entanto, deveria se concentrar nas pesquisas de campo mais restritas, formando especialistas nas diferentes áreas da Antropologia, pois a época dos pesquisadores de formação eclética, como Boas e Kroeber, já havia terminado:

“O antropólogo de hoje precisa concentrar-se no estudo de campos mais restritos, de determinada tribo indígena, deste ou daquele aspecto da aculturação de imigrantes europeus ou asiáticos, de certos fatos biológicos do cruzamento racial” (Schaden, 1954, p. 8).

De um modo geral, o texto do professor Schaden é representativo dos problemas do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil, colocando desde então objetivos que mais tarde se consolidariam nos atuais programas de pós-graduação e que hoje ainda se encontram presentes em nossas discussões:

“Como quer que seja, diante da riqueza de assuntos de investigação, seria imperdoável conferir diploma de especialista em Antropologia a quem não tenha escrito dissertação ou monografia, baseada, se possível, em material inédito, e colhido

pelo próprio candidato. Formar antropólogos é, antes de mais nada, formar pesquisadores capazes” (Schaden, 1954, p. 9).

A comunicação de Mário Wagner Vieira da Cunha, também apresentada na reunião de 1953, segue com a discussão da profissionalização do antropólogo. A questão central do texto é responder à pergunta:

“como pode o antropólogo ganhar a vida trabalhando como antropólogo. Por outras palavras, vamos considerar, como é aliás o tema proposto, as oportunidades de atividade docente, de pesquisa ou técnico-profissional do antropólogo. E, como essas atividades não nos parecem muitas e precisam, no interesse da própria ciência, ser desenvolvidas, vamos antes nos referir às suas possibilidades de expansão” (Vieira da Cunha, 1955, p. 105).

Vieira da Cunha, então diretor do Instituto de Administração da USP, reconhece que, considerando a situação da época, quando a atividade docente se restringia às Faculdades de Filosofia e à Escola de Sociologia e Política, não se devia fragmentar a Antropologia nas suas diferentes especialidades, sendo esta uma necessidade apenas da pós-graduação. Como Schaden, o autor concorda que, para os objetivos docentes de então — a complementação dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais —, a Antropologia devia ser lecionada como um todo, o que não é fácil quando se trata de um mesmo indivíduo. A atividade docente, para Vieira da Cunha, não deveria no entanto se restringir às faculdades, devendo ser ampliada aos serviços públicos,⁴ museus, empresas e ao Exército.⁵

Para o autor, a questão central neste debate é que o antropólogo deveria obrigatoriamente ser formado como cientista, até mesmo para o exercício da atividade docente, do contrário não poderia considerar-se um profissional da área:

“Ele será bom docente na medida em que seja bom antropólogo. E bom antropólogo é quem recebeu treinamento de cientista nesta disciplina, ainda que venha a ser administrador de museu, professor ou técnico, dentro da especialidade” (Vieira da Cunha, 1955, p. 107).

E continua o texto afirmando que a pesquisa ainda estava longe de ser feita na universidade, pois esta ainda era pensada como uma instituição exclusivamente docente. Reconhece, portanto, que quando se falava em pesquisa, o pensamento remetia às instituições que foram criadas para este fim exclusivo e que eram anteriores ao ensino superior no Brasil. E isto era ainda mais claro quando se tratava da pesquisa antropológica no país. Propõe, então, que esforços sejam feitos para que os docentes façam pesquisas, pois estas não poderiam ser concebidas separadas dos conteúdos teóricos das aulas. Era necessário, segundo Vieira da Cunha, aproximar os institutos de pesquisa das universidades, encontro que seria benéfico para ambos, e que só seria possível com uma mudança na estrutura do ensino universitário. Neste momento, o autor aborda uma questão central na profissionalização da Antropologia em nosso país: a necessidade de se contar com bolsas de pós-graduação. De resto, afirma que uma procura maior pela profissão só seria possível com o desenvolvimento de aptidões científicas individuais.

Na visão do autor, o que caracterizava o profissional em Antropologia eram as atividades técnicas e consultivas, isto é, a aplicação desta especialidade na solução de problemas práticos do dia-a-dia:

“[...] a antropometria, a dendrocronologia, a técnica de ‘split-line’ para o estudo do crescimento dos ossos, a técnica de Cook e Treganza para a determinação dos períodos de ocupação dos sítios arqueológicos, as técnicas de análise das línguas não-indo-européias, mostram de que valor pode ser a transferência de técnicas desenvolvidas pelos antropólogos. Este exemplo também nos leva a compreender como se abririam, de modo duradouro, campos novos de atividade para os antropólogos” (Vieira da Cunha, 1955, p. 110).

Vieira da Cunha acreditava que muitos antropólogos não reconheciam estas atividades como da profissão do antropólogo, e foi perspicaz ao perceber que se estava criando uma disputa entre o lado “aplicado” da Antropologia — representado por autores como Chapple, Lloyd Warner, entre outros — e o seu

lado humanístico — Kroeber e Redfield. Em se tratando da Antropologia feita no Brasil, esta disputa será fundamental, pois explica por que a profissionalização da disciplina, que se dá exclusivamente através da pós-graduação, é hoje quase que somente em Antropologia Social/Cultural.⁶

Os anos 50 fazem parte de uma época em que a ciência e a tecnologia se sobrepõem a todo tipo de conhecimento. Este foi um momento de redefinição dos objetivos nacionais, de substituição de importações, de abertura de nossa economia para o mercado externo, de alinhamento político ao bloco liderado pelos EUA. Na educação, já na década de 60 se abandonou o modelo francês de cátedras,⁷ substituindo-o pelo modelo prático e democrático dos departamentos⁸ norte-americanos.

Mas, a Antropologia brasileira parece ter seguido um caminho diferente daquele proposto por Vieira da Cunha (1955, p. 110). Optou pela ênfase nos aspectos sociais e, no entanto, é hoje um sucesso, que influencia, inclusive, as demais ciências sociais e humanas.

O texto de Eunice Durham e Ruth Cardoso, de 1961, nos mostra uma situação um pouco diferente da relatada por Vieira da Cunha e Egon Schaden. Apesar do pequeno número de especialistas, fica clara a preocupação das autoras com a proliferação dos cursos de Antropologia como complementação da formação em outras áreas como História, Geografia e Psicologia, o que para elas parece ser paradoxal. No entanto, elas concordam que o ensino da disciplina era ainda precário, não somente devido ao relativo isolamento das instituições educacionais da época, o que dificultava uma avaliação mais consistente da situação antropológica vivida no início dos anos 60, mas também devido ao não aparelhamento das bibliotecas existentes e ao objetivo dos cursos de graduação, que era a formação de professores para o ensino secundário. Neste sentido, estes cursos assumiam para as autoras um caráter “marginal” (Durham e Cardoso, 1961, p. 94), pois eram informativos e não formativos — no sentido citado por Schaden — na profissionalização do antropólogo.

Pela própria natureza da graduação em Ciências Sociais, que não tinha — como ainda hoje não tem — como objetivo formar especialistas em Antropologia, e, conseqüentemente, pelas poucas oportunidades de trabalho na área então existentes, não havia interesse por parte dos estudantes em investir nesta profissão que, conforme as autoras, era exercida principalmente por autodidatas (Durham e Cardoso, 1961, p. 97). Assim, elas apontavam para a necessidade de se criar um espaço de profissionalização, que ainda naquele início de década foi precariamente ocupado pelos cursos de especialização.

Na segunda parte do texto essa problemática é aprofundada, passando as autoras a discutir o ensino da disciplina em face da especificidade da Antropologia e da necessidade de superação do exotismo e das descrições puras e simples. A singularidade da perspectiva antropológica é, para elas, o que se deveria priorizar nos cursos introdutórios na graduação; a especialização e a profissionalização deveriam ficar a cargo da pós-graduação. Para as antropólogas, é neste espaço — a pós-graduação *lato sensu*, que tem como prioridade a formação do antropólogo como profissional, tanto na pesquisa como no ensino superior — que a experiência na pesquisa de campo, em equipe ou individualmente, assume importância vital. Neste momento de profissionalização, dizem as autoras, deve ser exigido tempo integral de alunos e professores, além da concessão de bolsas de estudo e do financiamento das pesquisas. Segundo elas, a importância de um programa que mostre o desenvolvimento histórico da Antropologia não se restringe apenas às informações cronológicas dos fatos significativos; ele deve mostrar também a formação do antropólogo e incentivar a compreensão da própria perspectiva científica da disciplina:

“[...] as aptidões necessárias a um bom profissional podem ser adquiridas no campo, pelo exercício destas mesmas aptidões, tal como no ensino médico, em que a prática do diagnóstico é que capacita o estudante a diagnosticar” (Durham e Cardoso, 1961, p. 103).

As preocupações das autoras se afastam

das de Schaden por não acharem legítima a preocupação intelectual somente quando pode ser imediatamente utilizada. Afirmam que esta perspectiva no Brasil é inviável por ser o mercado de trabalho muito restrito, e melhor seria “[...] construir uma atitude de curiosidade intelectual” (Durham e Cardoso, 1961, p. 101).

Ao contrário do texto escrito por Schaden em 1954, que é mais analítico e reflete a incipiência do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil na época, e do texto de Durham e Cardoso de 1961, no qual percebemos que estão sendo preparadas as condições para a implantação da pós-graduação, os textos de Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden de 1967, apesar de descritivos da situação da Antropologia, refletem uma situação mais favorável à disciplina em nosso país. Havia, então, uma realidade amadurecida para a implantação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma certa estrutura básica na pesquisa e no ensino de alto nível e uma pequena experiência com os cursos de especialização ministrados por Roberto Cardoso de Oliveira no início dos anos 60. Como exemplo dessas condições básicas temos a criação da CAPES e do CNPq, na década anterior, da FAPESP, em 1961, e de várias universidades pelo país, como a maioria das federais, a UnB e as católicas. É importante notar que as instituições de ensino superior citadas nos textos de 1967 são, em grande parte, aquelas que continuam com o ensino e/ou a pesquisa em Antropologia até os dias atuais: UnB, UFPR, UFSC, UFRS, UFC, UFBa, USP, o Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco, e os Museus Paraense Emílio Goeldi, Nacional e Paulista. A novidade na realidade contemporânea no campo antropológico é a Unicamp,⁹ no interior paulista.

Os textos de 1967 limitam-se a fazer o levantamento das instituições que possuem o ensino e a pesquisa em Antropologia, de quantos professores estão integrados aos principais centros, e de quais as linhas de pesquisas mais desenvolvidas, e colocam a necessidade de se criar condições para que se façam traduções de textos clássicos. Em suma, têm como objetivo

mostrar a situação da Antropologia institucional mediante um inventário quantitativo e demonstrativo. Da leitura destes textos podemos concluir que havia, à época, um certo amadurecimento do ensino da Antropologia na graduação e que estavam dadas as condições infra-estruturais para a implantação dos programas de pós-graduação, o que de fato veio a ocorrer.

A Década de 70 e o "Anthropological Blues"

A década de 70 foi o período de implantação e consolidação dos programas de pós-graduação. Os profissionais em Antropologia se afirmaram com a formação adquirida nas pós-graduações e com a excelência de suas pesquisas, assumindo um papel importante nas decisões sociais relativas aos seus objetos de estudo e, como queria Schaden em 1954, se especializando cada vez mais. Nas universidades, o pensamento antropológico começou a receber a influência do estruturalismo francês e da Antropologia britânica: etnociência, *decision-making*, drama social, ritos de passagem, representações sociais, são expressões quase que obrigatórias em todas as dissertações e teses defendidas no período. Foi uma época rica para a nossa disciplina em termos de produção acadêmica. A Antropologia se profissionalizou, as temáticas se diversificaram, o diálogo com o exterior se intensificou e as trocas de experiências internas se transformaram qualitativamente com o reaparecimento das entidades profissionais. A falta de liberdade na sociedade contrapunha-se ao fervilhamento de idéias e teorias que circulavam na academia, devido, principalmente, ao diálogo e às experiências trocadas com o exterior a partir dos vários estudantes que fizeram as suas especializações nos Estados Unidos, França e Inglaterra.

Se os estudos de comunidades, etnologia indígena e minorias étnicas marcaram o período anterior, nos anos 70, além da continuidade dos estudos indígenas, têm início as pesquisas em antropologia do campesinato, principalmente quando a perspectiva de análise era a do

marxismo, e diversificam-se as temáticas desenvolvidas. A Antropologia urbana se consolida e as temáticas sobre a sociedade nacional assumem a liderança dentre as demais. Financiamentos de órgãos internacionais, como as Fundações Ford e Fulbright, e de instituições nacionais de fomento à pesquisa foram significativos no desenvolvimento dessa produção.

O final da década de 70 marcou o início da autoconsciência da Antropologia brasileira, do pensamento crítico do que somos e do que fazemos. Foi um momento particularmente fértil, quando começou a existir um diálogo mais intenso entre os programas de pós-graduação. As discussões sobre a perspectiva antropológica, o relacionamento entre pesquisador e pesquisado e a qualidade desta relação intensificaram-se e refinaram-se numa direção muito saudável e criativa, ao mesmo tempo em que as questões metodológicas (Cardoso, 1986), um pouco esquecidas durante os anos 70, voltaram com um vigor que transparece na qualidade e na quantidade dos trabalhos produzidos no período.

Em 1977 foram criados a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o Programa de Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ e o *Anuário Antropológico*, na Universidade de Brasília. Um pouco mais adiante, em 1981, foi a vez do doutorado da UnB e, em 1985, o da Unicamp.¹⁰ Outros programas de pós-graduação começam a ser implantados neste final de década: UFRGS,¹¹ PUC-SP, UFPE.¹² A *Revista de Antropologia*, criada por Egon Schaden em 1953, e que em 1955 se transformou no órgão oficial da ABA, passou para a tutela do Departamento de Antropologia da USP, onde se encontra até hoje.

Em relação ao contexto mais amplo, este foi um momento extremamente fértil. A abertura política "lenta, gradual e segura" e a anistia, em 1979, criaram um clima de liberdade e agitação intelectual; os movimentos sociais¹³ começaram a aparecer no cenário político nacional, novas idéias passaram a circular rapidamente e o diálogo interno e externo se intensificou e se acirrou. O interesse por novas

temáticas era visível, particularmente na Antropologia, onde começaram a ser produzidas pesquisas (Cardoso, 1986; Durham, 1986b) sobre aquela parcela da população que até então se encontrava marginalizada social e/ou politicamente: favelados, meninos de rua, operariado, violência etc. A Antropologia urbana se confirmava como linha de pesquisa fundamental no cenário da Antropologia nacional.

A década de 70 foi múltipla, podemos dizer assim, no que se refere à diversidade de linhas de pesquisa implementadas, ao aprofundamento das temáticas que vinham sendo desenvolvidas e, enfim, à busca de um caminho próprio à nossa realidade. No entanto, esta ênfase no fazer antropológico não foi acompanhada por uma discussão sobre este fazer (Cardoso, 1986; Durham, 1986b). Foi um momento de produção, de reconhecimento das temáticas que iriam se intensificar ou refluir na década seguinte.

Roberto Da Matta é um pioneiro do período¹⁴ em relação ao repensar o fazer antropológico, autor de um texto que tem sido presença constante nos cursos de introdução à Antropologia: “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’”. O trabalho foi publicado numa coletânea exemplar nas ciências sociais brasileiras, organizada por Edson Nunes (1978), *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*,¹⁵ que na década seguinte vai servir de inspiração para um outro livro, do qual falaremos mais adiante.¹⁶

“O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’” (Da Matta, 1978) foi apresentado originalmente em um simpósio sobre trabalho de campo na UnB e depois publicado em *Comunicações do PPGAS* (1974). O texto é interessante principalmente porque, dentre outros aspectos, entende a experiência do fazer antropológico como uma experiência iniciática¹⁷ — a exemplo dos ritos de passagem tão em voga na época — que caracteriza e singulariza o próprio fazer/pensar da Antropologia. Ao discutir o trabalho de campo, o autor acaba tocando em questões metodológicas vitais relativas ao projeto da

Antropologia como ciência ocidental e à própria história da disciplina no Brasil. O descantamento de si mesmo, que o autor chama de movimento de estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho, proporcionado pela experiência prática do trabalho de campo, não seria uma mera etapa do pensamento antropológico, como uma leitura apressada do texto poderia fazer crer, mas uma consequência do pensamento dos clássicos na Antropologia.

Da Matta apresenta neste texto, num certo sentido, uma das questões precursoras do debate antropológico atual: a questão do inusitado da pesquisa, aquilo que o autor chama anedotário¹⁸ e que habitualmente não aparecia nos textos — problemática que hoje parece ser valorizada, começando mesmo a ser a condição da singularidade antropológica. Portanto, o que existe de mais significativo no texto de Da Matta, o que o torna atual e obrigatório nos cursos de introdução à Antropologia, é o resgate da subjetividade do conhecimento científico na razão ocidental, o lado vivo e dinâmico da ciência como atividade humana.

A experiência do trabalho de campo não é entendida como voluntarismo, o fazer pelo fazer, mas como uma consequência do pensamento antropológico moderno. Ou seja, o trabalho de campo não é por si só o que caracteriza a Antropologia, mas uma consequência da razão antropológica que relativiza o viver, descentrando do pesquisador o referencial de toda verdade possível. A singularidade da Antropologia está neste pensar que não existe sem o fazer e neste fazer que é impossível sem o seu pensar. A totalidade que aprendemos e apreendemos quando somos socializados antropológicamente e quando educados dentro do pensamento antropológico clássico (Gilberto Velho, 1980) tornou-se sistematicamente consistente com a criação dos programas de pós-graduação. É este fundamento do pensamento antropológico que propicia o estar no campo de uma forma descentrada de si mesmo (familiarizar-se com o estranho) e o posicionamento crítico e questionador em relação ao mesmo, ao conhecido (estranhamento do familiar). São estas questões, hoje fundamentais na Antropo-

logia contemporânea, principalmente na chamada Antropologia interpretativa, que tornam atual este texto de Da Matta escrito em 1978.

O lado obscuro e anedótico que Da Matta se propõe a discutir no texto é a subjetividade inerente à vida humana, que o autor chama sugestivamente de “*anthropological blues*”. O “*anthropological blues*” tem uma familiaridade com a nossa cultura e com a busca de uma identidade própria aos brasileiros e ao país. Tem a ver com a nossa história, com a história de nossa disciplina e com o formato que a Antropologia assume entre nós. Com o seu peso e o seu lugar entre as ciências sociais e com a respeitabilidade e relevância alcançadas por este saber em nosso país.¹⁹

É interessante perceber que o texto de Da Matta inicia uma discussão que só vai ser aprofundada no Brasil nas décadas de 80-90, com a influência da Antropologia interpretativa norte-americana. Da Matta, inclusive, recorre, em sua argumentação, a autores que mais tarde se tornariam clássicos no assunto. Ou seja, ao mesmo tempo em que se produzia uma Antropologia interpretativa nos EUA, nós por aqui também, de forma um tanto quanto isolada, estávamos discutindo as mesmas questões;²⁰ as idéias não são simplesmente transportadas mecanicamente dos chamados países centrais para os periféricos. Tínhamos condições teóricas e práticas para levar adiante esta problemática, e talvez por isto a hermenêutica tenha adquirido tamanha importância entre nós na década seguinte.

Com este texto, Da Matta nos ensina muito sobre a nossa própria história antropológica;²¹ talvez pela primeira vez nos tenham sido mostrados os bastidores do trabalho de campo, ficando explícitas as dificuldades bem nossas²² de “estar ali”. O exótico, que hoje é criticado em nossa disciplina (Peirano, 1994), não é importante por si só, pelo preconceito que essa percepção acarreta, mas pelo inusitado que nos faz perceber a diferença e desenvolver todo um pensamento social e histórico a partir do significado da compreensão desse estar no mundo.

“O Offício de Etnólogo...” é um texto ao

mesmo tempo introdutório e denso, pois levanta questões significativas — apesar de não aprofundá-las — para a crítica antropológica. Ao relê-lo sempre consigo perceber coisas novas no seu conteúdo. A questão da subjetividade do pesquisador é também central no texto,²³ pois além das questões colocadas acima, nos remete às vivências de cada um de nós como seres no mundo, à história de vida do pesquisador que, juntamente com a socialização no ofício, tornará possível o salto de qualidade em direção a um conhecimento criativo e significativo e que vai dar um contorno singular ao pensamento antropológico, distinguindo a disciplina, em última instância, das demais ciências sociais. Em nossa formação este aspecto não é escamoteado mas, ao contrário, valorizado, mesmo que não explicitamente, tornando-se fundamental na construção do objeto e, portanto, do conhecimento também; é o que de mais singular existe na Antropologia como ciência,²⁴ seja ela entendida como moderna ou pós-moderna.

[...] enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que eu a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício” (Da Matta, 1978, p. 25).

O que o texto de Da Matta nos sugere é que trabalho de campo em si mesmo não singulariza a Antropologia. Existe uma cumplicidade especial entre pesquisa e pensamento antropológico; eles se complementam mutuamente. A superação do etnocentrismo, o relativismo cultural, a percepção de que olhamos os outros através de nossas próprias lentes (Laplantine, 1988), de que existem outras verdades além das nossas, enfim, o pensamento antropológico é que guia e treina a sensibilidade de cada um de nós na prática do trabalho de campo. Partimos sempre deste confronto, do diálogo entre o eu e o outro, e somos formados dentro deste pensamento. É este aspecto que

caracteriza a Antropologia, que parte de um referencial plural, ao contrário do que acontece com as demais ciências sociais. Daí o pensamento antropológico ter mais sucesso no mundo atual, em nossa sociedade ocidental plural e complexa, onde ele se adequa mais à realidade. Na Antropologia, mais do que em qualquer outra ciência social, o trabalho de campo transforma a proposta de pesquisa inicial, uma vez que o próprio pesquisador se transforma neste processo. Não existe em nossa disciplina o receio, imposto pelo método, de transformação dos planos iniciais da pesquisa ou de mudança da metodologia empregada. Este processo é inerente ao pensamento antropológico, que possui na sua tradição a concepção da diferença, da pluralidade e da relatividade.

A Nova Geração

Na década de 80, começa-se a perceber que, para produzir conhecimento criativo e significativo, não basta fazer ciência; é também necessário que se pense e se questione sobre o que fazemos, como fazemos e para que fazemos. Em outras palavras, a criatividade científica é consequência de um movimento em torno da própria ciência e que só é possível com o questionamento de nossas certezas. Nesta concepção, a história da ciência não é mera coadjuvante da produção do conhecimento, mas constitutiva da própria criação significativa em si mesma. Ou seja, não basta somente fazer: temos de olhar para o que se faz e aprender com este fazer.

Este período nos presenteia com uma nova geração de profissionais que, hoje, é responsável pela formação de toda uma geração de antropólogos, influenciando em suas escolhas e na delimitação do campo de atuação da Antropologia contemporânea. Dois exemplos são os das professoras Mariza Peirano e Mariza Corrêa.

Mariza Peirano, após uma incursão pela Arquitetura, fez parte da primeira turma de mestrado em Antropologia Social da UnB (1972), tendo sido a segunda a se diplomar,²⁵ no ano de 1975. Doutorou-se em 1981 em Harvard com a tese *The Anthropology of Anthro-*

pology: The Brazilian Case, sob a orientação de David Maybury-Lewis. Mariza Corrêa, formada em jornalismo, fez parte também da primeira turma de mestrado da Unicamp, tendo sido a primeira a defender tese em Antropologia, no mesmo ano de 1975. Em 1982 doutorou-se pela USP, sob a orientação da professora Ruth Cardoso, com a tese *As Ilusões da Liberdade — A Escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil*.

As teses de doutorado das duas professoras vêm influenciando significativamente a história de nossa disciplina no Brasil, pois iniciam uma discussão mais sistematizada e consistente sobre o pensamento e a pesquisa em Antropologia brasileira e que será a marca da virada dos anos 80-90.

As duas pesquisas se aproximam por tratarem de momentos anteriores à institucionalização e profissionalização da Antropologia no Brasil. Mariza Corrêa, com a Escola Nina Rodrigues, e Mariza Peirano, com a ideologia do “*nation-building*”, discutem a constituição das ciências sociais, tendo como principal preocupação a formação de um campo intelectual antropológico no Brasil. Ou seja, Corrêa, com uma preocupação antropológica, discute um grupo de intelectuais precursores de um determinado campo de estudos no final do século passado, até mais ou menos 1950; Peirano, com a mesma preocupação, analisa a institucionalização das ciências sociais através de autores que considera mais significativos, cobrindo o período de 1930 a 1970.²⁶

As Ilusões da Liberdade... enfoca num primeiro plano o proeminente médico da Escola de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues, hoje reconhecido como um dos precursores dos estudos raciais feitos pela Antropologia brasileira.²⁷ A proposta de Mariza Corrêa é fazer uma análise da carreira institucional desse grupo que vê em Nina Rodrigues o seu mestre e em Afrânio Peixoto e Arthur Ramos os seus mais eminentes discípulos. A preocupação central desses intelectuais, chamados pela autora de médicos-cientistas sociais, é a definição de nosso povo e de nosso país como nação. Para a autora, as instituições do saber

sempre estiveram ligadas à busca de uma identidade própria brasileira. As duas faculdades de Medicina do país — no Rio de Janeiro e em Salvador — e as três de Direito — Rio, São Paulo e Recife — foram as precursoras deste debate que, no século seguinte, vai servir de embasamento para a discussão sobre raças e etnias no campo da Antropologia.

O médico “baiano”²⁸ Nina Rodrigues foi um dos pioneiros desta problemática quando, extrapolando o paradigma biológico vigente na época, ensaiou uma análise “social”²⁹ de suas dissecações de cadáveres, a serviço da Justiça, no então recém-criado Instituto Médico Legal da Bahia.³⁰ Segundo Corrêa, Nina Rodrigues influenciou a formação dos Institutos Médicos Legais de São Paulo e do Rio de Janeiro por meio de seus discípulos, que no início do século se transferiram para o Sudeste do país, seguindo a mudança no pólo político-geográfico do Brasil que se processava naquele momento. O que nos mostra a autora é que o mais importante para a formação de um campo antropológico pelo citado grupo de cientistas é justamente a ênfase dada por Rodrigues aos estudos de caso contextualizados que serviam de base para os processos judiciais da época, absolvendo ou mandando para a prisão os eventuais criminosos baianos.³¹

Um dos grandes méritos do trabalho de Corrêa — e que caracteriza sua pesquisa como antropológica e não histórica — é a sua percepção das contradições existentes na formação dos intelectuais brasileiros. Isto é, com uma postura essencialmente das ciências humanas e, portanto, também da Antropologia, Corrêa não tem a pretensão de nos mostrar intelectuais coerentes, para os quais prática e teoria formam uma simbiose perfeita. Ela mostra no seu trabalho que, ao escolherem um caminho e na pesquisa encontrarem outro, estes intelectuais reconheciam a mudança de rumo sem grandes problemas e traumas³² e logo encampavam o novo. O grande mérito da história que Corrêa constrói é o de não ser unilinear, conseguindo perceber as contradições existentes na formação dos intelectuais brasileiros e no que isto contribuiu em suas

escolhas, constituindo um campo intelectual consistente e formador de diferentes disciplinas científicas como, por exemplo, a Antropologia e a Medicina Legal:

“Ao procurar o racista em Nina Rodrigues, encontrei um intelectual genuinamente preocupado com as contradições em que o colocavam suas informações teóricas quando comparadas com suas observações empíricas. Ao acompanhar seus discípulos, tentando juntar os fios de uma tradição sempre evocada como justificadora de suas ações, encontrei muito mais rupturas do que continuidades entre sua produção e a de seu alegado mestre; as continuidades sendo, ironicamente, mais visíveis em linhas de pesquisa não explicitamente referidas à tradição da escola. Analisando um grupo de médicos, me deparei mais frequentemente com criminólogos, psicólogos, educadores, políticos e até literatos. Todos eles explícita e constantemente preocupados com os problemas sociais de seu país, ainda que procurassem legitimar essa preocupação enquadrando-a numa prática que, por ser definida como profissional e científica, lhes aparecia como desvinculada de interesses particulares e dirigida à procura do ‘bem geral’” (Corrêa, 1982, p. 52).

Resumindo, o que a autora nos ensina é a analisar um contexto social e político e, dentro dele, um grupo de intelectuais formador de um campo do conhecimento científico brasileiro — a Medicina Legal e a Antropologia —, e em que medida ser brasileiro — nós como povo e esse país como nação — influenciou a identidade dessas especializações, dada pela delimitação do seu campo e de seu objeto.

Uma das conseqüências mais produtivas da pesquisa de doutorado da professora Mariza Corrêa é que ela passou a coordenar,³³ na Unicamp, um projeto de pesquisa sobre a história da Antropologia no Brasil. Interessantes neste projeto são os depoimentos gravados³⁴ dos personagens mais significativos de nossa história, e que constituem um arquivo singular para as ciências sociais no país. Constam deste arquivo os depoimentos de Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros.

As pesquisas que, sob a orientação da referida professora, foram defendidas como

dissertações de mestrado na Unicamp foram outra conseqüência indireta de *As Ilusões da Liberdade...* e inauguraram, nesta universidade, uma linha de pesquisa que continua até hoje e uma área temática no doutorado em Ciências Sociais: Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber. Dentre as dissertações de mestrado nessa linha já defendidas podemos citar: *O Brasil é dos Brasileiros: Medicina, Antropologia e Educação na Figura de Roquette Pinto*, de João Baptista Cintra Ribas (1990); *Estrangeiros no Brasil: A Missão Francesa na Universidade de São Paulo*, de Fernanda Peixoto Massi (1991); *A Aliança e a Diferença: Uma Leitura do Itinerário Intelectual de Charles Wagley*, de Francisco Tadeu Ribas Santos Rosa (1993), e a minha *Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação* (Rubim, 1996). Várias outras pesquisas sobre o tema encontram-se em andamento na Unicamp.

Além dos depoimentos gravados em vídeo e das pesquisas orientadas na pós-graduação, Mariza Corrêa escreveu outros artigos como desdobramentos de seu doutorado. Dois deles constituem o que existe de mais sistematizado sobre a história propriamente dita da Antropologia no Brasil: "Traficantes do Excêntrico: Os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos 60" (Corrêa, 1988a) e "A Antropologia no Brasil (1960-1980)" (Corrêa, 1995b). Estes textos — o segundo é uma continuação cronológica do primeiro — traçam a história da disciplina através de seus personagens e de suas instituições.

"A Revolução dos Normalistas" (Corrêa, 1988b) é outro fruto da pesquisa de Corrêa. Poderíamos dizer que se situa cronologicamente entre os dois primeiros, fazendo um paralelo entre um grupo de intelectuais sob a liderança de Anísio Teixeira — chamados de normalistas — e o grupo que se auto-identifica como antropólogos. O momento focado no texto é a década de 50, período que a autora diz não ser muito lembrado quando se trata de escrever a história da disciplina.

A produção da professora Mariza Peirano é hoje, sem dúvida, um dos pensamentos mais

criativos em relação à disciplina em nosso país. Ela tem sido responsável, nos últimos 15 anos, pela formação de um grupo atuante na Antropologia. O seu campo de atuação é mais próximo ao que poderíamos chamar de metodologia da Antropologia e possui como fio condutor a compreensão da Antropologia brasileira.

The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case (Peirano, 1981)³⁵ é um trabalho que tem como objetivo central entender o contexto sociocultural específico de surgimento do campo das ciências sociais brasileiras, e mais particularmente da Antropologia, através da ideologia do *nation-building*. Partindo de uma análise teórica mais geral dos pensamentos de Norbert Elias (1994) e Louis Dumont (1985) sobre a questão da possibilidade de as antropologias regionais serem definidas pela hierarquia de valores do holismo e do universalismo, a autora analisa a carreira intelectual e o trabalho de seis autores brasileiros no espaço Rio-São Paulo: Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Da Matta e Otávio Velho.

A discussão de fundo proposta por Peirano é a de como o desenvolvimento das ciências sociais é determinado regionalmente pela auto-identidade de cada nação. No caso brasileiro, de como a busca de uma identidade nacional e os diferentes momentos desta busca influenciaram a delimitação de um campo científico que tem como objetivo a compreensão dos aspectos sociais brasileiros. No final da década passada — discussão introduzida por Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e citada pela autora —, a questão principal para os intelectuais brasileiros era a de como organizar o novo Estado após a Proclamação da República e de como organizar politicamente os grupos sociais que estavam em formação; nos anos 20, a temática dominante foi a da formação histórica do país; na década de 30, os intelectuais recolocaram a problemática da centralização da nação (Peirano, 1981, pp. 249-250).³⁶ Na verdade, trata-se de uma discussão que coloca em pauta um ponto tocado

pela autora: a questão da autoridade científica, ou seja, o que socialmente autoriza a ciência como verdade.

“A Favor da Etnografia” (Peirano, 1994) é um texto onde a autora procura discutir o trabalho de campo e a etnografia tradicionalmente colocados em prática pela Antropologia, elegendo como interlocutor o professor Nicholas Thomas, da Australian National University, autor de “Against Ethnography” (1991). Depois de discutir rapidamente algumas questões colocadas por dois clássicos da disciplina, Peirano toca na questão central da problemática antropológica contemporânea: “[...] o impacto profundo da pesquisa de campo no etnólogo” (Peirano, 1994, p. 216) e, conseqüentemente, na relação teoria/pesquisa.

Um dos méritos da pesquisa feita por Peirano no doutorado foi o seu desdobramento, na segunda metade da década de 80, na análise do contexto de surgimento de outras Antropologias, como a norte-americana e a indiana, e na comparação entre elas e a realidade brasileira.³⁷ Este trabalho deu origem a um livro onde a professora analisa e compara estas três realidades e sintetiza o seu pensamento na última década (Peirano, 1991).

Enfim, as pesquisas das professoras Peirano e Corrêa discutem as concepções de ciência e verdade em épocas determinadas, em que estão implícitas a concepção contemporânea destes conceitos e das respectivas historicidades.

A Década de 80: A Proliferação do Pensamento sobre Si Mesma

O final da década de 70 foi um momento particularmente fértil na sociedade brasileira. A conjuntura sociopolítica havia se transformado. Os programas de pós-graduação alcançaram a maturidade e vários doutorados foram criados nas instituições onde os mestrados se consolidaram — Museu Nacional, UnB e Unicamp³⁸ —, além de outros fora do eixo Centro-Sudeste do país: Nordeste e Sul, basicamente.³⁹

Foi neste momento que se começou a perceber que, para produzir conhecimento

criativo e significativo, não basta somente fazer ciência, mas também é necessário que se pense e se questione sobre o que se faz, como se faz e para que se faz. Segundo esta concepção, a história da ciência não é mera coadjuvante da produção do conhecimento, mas é constitutiva da própria criação significativa. Ou seja, não basta somente fazer; é preciso que se olhe para o que se faz e se aprenda com este fazer.

Algumas publicações têm tido um peso importante na discussão sobre a Antropologia no Brasil, acompanhando os debates travados desde a década de 80. São elas o *BIB* — *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, a *Revista de Antropologia* e o *Anuário Antropológico*.⁴⁰

No *BIB*, editado pela Anpocs,⁴¹ foram publicados os perfis institucionais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (*BIB*, 1978),⁴² do Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS (*BIB*, 1980)⁴³ e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB (*BIB*, 1983).⁴⁴ Além de um breve histórico destes programas, foram enumeradas as linhas de pesquisas então desenvolvidas por cada um deles e apresentadas informações sobre seu corpo docente, sua situação atual e a forma de ingresso na instituição. Nesta mesma linha, a *Revista de Antropologia*, editada pela USP, publicou “A Antropologia na Universidade de São Paulo: Histórico e Situação Atual”, como parte de seu Noticiário, redigido por três bibliotecárias: Alba Costa Maciel, Diva Andrade e Eunides do Vale (1978).

Um outro bloco de artigos que discutem a trajetória da Antropologia no Brasil são aqueles que surgiram como comunicações apresentadas em reuniões científicas e que tratam do ensino e pesquisa na pós-graduação. “Ensino Pós-Graduado, Teoria e Pesquisa Antropológica — Uma Experiência na Universidade da Bahia”, comunicação apresentada pelo professor Pedro Agostinho (1979), do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBa, na XI Reunião da ABA, relata, a partir de uma experiência pessoal, a situação da pós-graduação

numa universidade “periférica” e a situação da área geográfica em que está inserida, bem como a dos grupos indígenas que dela fazem parte.

Ainda na *Revista de Antropologia*, Eduardo Diatay Bezerra de Menezes (1979), da Universidade Federal do Ceará, publicou “A Pesquisa como Base para o Ensino de Pós-Graduação”, centrado na busca dos objetivos dos cursos de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, que parecem ser “[...] um programa terminal e que comporta normalmente três direções — a profissional, a docente e a de pesquisa” (Menezes, 1979, pp. 144-145). O autor toca em um ponto nevrálgico da pós-graduação em ciências sociais que é a sua organização em torno de uma disciplina (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) ou, com o epíteto da multidisciplinaridade, em torno de áreas problemáticas.⁴⁵ Menezes observa que, como a graduação em nosso país transformou-se em agência de treinamento de mão-de-obra especializada,⁴⁶ a pesquisa científica concentrou-se na pós-graduação, e hoje é condição *sine qua non* de sua existência. No entanto, a pesquisa passou a ser, segundo ele, um recurso pedagógico⁴⁷ do ensino na pós-graduação e não, como deveria ser, uma “epistemologia construtivista e dialética” (Menezes, 1979, p. 147), isto é, o ensino como consequência da atividade científica. Por fim, o autor assume uma posição pessimista com relação às possibilidades de a universidade, que naquele momento cumpria outras finalidades, conseguir colocar em prática a proposta do espírito científico: a investigação científica e não a informação codificada.

“Antropologia para Sueco Ver” é um texto escrito por Otávio Velho (1980) para um número especial da revista sueca *Ethnos*,⁴⁸ “[...] dedicado a uma análise comparativa do desenvolvimento da Antropologia Social nos últimos 20 anos em diversos países do mundo”. O autor inicia a sua exposição com a contextualização do lugar do qual está falando: “uma das regiões do globo tradicionalmente identificadas como objeto da Antropologia” (Velho, 1980, p. 79). Afirma que, para um país

novo como o nosso, nossa Antropologia já não é tão jovem assim, se datarmos o seu início com a publicação, em 1933, de *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Outros dois momentos fundamentais desta história, segundo o autor, são a I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, mesmo tendo contado com um pequeno número de pessoas,⁴⁹ e a profissionalização da Antropologia em 1968, com a criação dos cursos de pós-graduação.

Conforme Otávio Velho, até os anos 60, a Antropologia de orientação culturalista estava dividida basicamente em três temáticas: os estudos de sociedades tribais, os estudos de relações raciais e os estudos de comunidades. Na virada da década, segundo o autor, desenvolveu-se uma crítica à tradição culturalista de orientação norte-americana, resgatando-se o conflito como foco de análise antropológica, e, com isto, a consequente adesão à orientação da Antropologia britânica.

A partir de 1968, segundo Otávio Velho, as temáticas antropológicas desenvolvidas no Brasil ampliaram-se de maneira considerável, paralelamente a um aumento significativo do interesse pela Antropologia por parte do público mais geral. Para o autor, isto só foi possível devido à grande influência e ao consequente desgaste da Sociologia e dos seus esquemas generalizantes no período anterior. Pela especificidade da pesquisa de campo em realidades concretas, a Antropologia contribuía mais para o conhecimento de nossa realidade, o que foi fundamental na popularização da disciplina na década de 70.

O ponto central levantado pelo autor é que, na passagem dos anos 60-70, começou a se formar uma tendência na Antropologia que ele chamou de “politizada” ou de “althusserianismo populista”. Esta tendência seria uma tentativa de juntar, teoricamente, o pensamento de Louis Althusser com a tradição do trabalho de campo na disciplina, isto é, a “síntese entre o althusserianismo e um populismo antropológico” (Velho, 1980, p. 89), refletindo uma aproximação com o marxismo, tradição que influenciou as ciências sociais naquela época. Isto porque, no contexto político ditato-

rial da virada da década de 60, a Antropologia havia se mantido um pouco “resguardada” da repressão que se abateu sobre as ciências sociais, pela sua tradição de escolha de temas “exóticos” e, portanto, distantes das grandes discussões políticas levantadas pela Sociologia e a Ciência Política.

O contexto político-social mais geral, a relativa “liberdade” da Antropologia nos anos 70 e o pensamento marxista, juntamente com o althusserianismo, contribuíram para o desenvolvimento de uma prática de pesquisa antropológica que o autor chamou de “populista”. Segundo Otávio Velho, esta é uma das incompatibilidades da apropriação do marxismo pela disciplina. Ou seja, para ele, essa prática populista era diferente da concepção althusseriana de ideologia dominante na qual está inscrito o seu próprio pensamento.

O que Otávio Velho afirma é que a vertente politizada da disciplina necessariamente não foi a menos “antropologizada”, porque, em última instância, tentava-se privilegiar a visão do “outro”, isto é, uma concepção essencialmente antropológica. Em suas palavras:

“A recolocação levada adiante por esses pesquisadores constitui, de resto, uma contribuição fundamental, plenamente coerente com a insistência da tradição antropológica na diversidade” (Velho, 1980, p. 87).

O autor enfatiza ainda que a Antropologia foi dominada também, naquele momento, pelo estruturalismo, o que levou a uma aproximação entre as duas correntes de pensamento que se manifestou

“[...] no anti-historicismo, no anti-humanismo, no privilegiamento das estruturas e, em termos mais gerais, na posição mais epistemológica naturalista caracterizada por se manter em termos de exterioridade a relação entre observador e objeto do conhecimento sendo visto como exterior à realidade” (Velho, 1980, p. 88).

Finalizando, Otávio Velho (1980, p. 89) defende que a grande popularização e crescimento da disciplina após 1968 “fez com que se atrasasse uma reflexão sobre o que estava sendo feito”. Esta reflexão deverá necessariamente trazer para o centro do debate as divergên-

cias existentes, e na maioria das vezes não claramente explicitadas, entre as diferentes concepções da Antropologia, o que o autor chama de “dor de crescimento”.

Eunice Ribeiro Durham (1982), em “Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil”, faz um pequeno histórico da produção antropológica brasileira no período de 1940 a 1970 e da sua inserção sociopolítica. Segundo ela, os profissionais em Antropologia eram então poucos e dispersos, restringindo-se a algumas universidades e museus, mas foram suficientes para permitir a formação de uma infra-estrutura para a institucionalização da Antropologia num momento posterior. Além da Antropologia paulista — USP, Escola de Sociologia e Política e Museu Paulista —, que para a autora foi o centro mais dinâmico da Antropologia naquele período, havia ainda o Museu Emílio Goeldi e o Museu Nacional, que estavam mais interessados nos estudos indígenas. A especificidade da Antropologia paulista, intimamente ligada à Sociologia e sob a influência dos professores estrangeiros⁵⁰ e do método funcionalista, eram os estudos sobre a sociedade nacional: estudos de comunidades, estudos sobre religiões africanas, minorias étnicas etc. A preocupação, na época, era com as bases de funcionamento da sociedade, e não com a sua transformação, afirma Durham.

O final da década de 50 e início dos anos 60, conforme a autora, foi um período de grandes transformações, que ampliou o debate político, com a exigência, por parte da sociedade, de reformas sociais. A Sociologia começou a se preocupar mais com as transformações sociais e a Antropologia, seguindo o seu caminho anterior, ficou à parte desta discussão. O golpe militar de 1964 acirrou o discurso sociológico militante e a marginalidade antropológica. O final da década de 60 trouxe o terrorismo e a repressão. Vários intelectuais foram presos, cassados, exilados ou aposentados compulsoriamente. A pesquisa sociológica comprometida ficou inviável. Como diz Eunice Durham (1982, p. 156), a Antropologia foi muito menos atingida, mas sofreu grandes transformações teóricas, com o avanço cada vez maior do

estruturalismo francês, o que aumentou, na década seguinte, o prestígio científico da disciplina na comunidade intelectual.

O milagre econômico do início dos anos 70 quase triplicou o mercado universitário, o que foi reforçado com a criação e consolidação dos programas de pós-graduação e o consequente incentivo financeiro à pesquisa.⁵¹ Na Antropologia, segundo Durham, cresceram as pesquisas sobre o indigenismo que incentivavam a organização dos grupos indígenas e seu engajamento nas discussões nacionais e na defesa de seus direitos. As pesquisas sobre a sociedade nacional, por sua vez, se concentraram em grupos considerados marginalizados e nas temáticas mais políticas: favelados, trabalhadores assalariados do campo e da cidade etc.

Na início da década de 80, o fim da prosperidade econômica e a superação do estruturalismo levaram a disciplina a buscar novos caminhos, aproximando-se cada vez mais do marxismo. Este, contudo, não conseguiu dar conta de toda a especificidade da perspectiva antropológica. Como consequência, diz a autora, tivemos o divórcio entre a teoria empregada e a pesquisa empírica, o que colocou a Antropologia num impasse teórico-metodológico, agravado com a diminuição das verbas para a pesquisa.

Durham alerta para o fato de que, em 1982, os mecanismos autoritários e repressivos da década de 70 não haviam sido realmente desmontados, haja visto que o controle ideológico continuava a existir por parte das agências financiadoras, essencialmente instituições estatais até a democratização do país. Segundo Durham, fatores de outra ordem prolongaram esse controle até recentemente. Um bom exemplo disso seriam os projetos relativos às populações indígenas, que cada vez mais são considerados de interesse da segurança nacional e, portanto, extremamente vigiados e acompanhados pelo Estado. Por fim, a autora conclui que a Antropologia contava, no início dos anos 80,⁵² com condições favoráveis ao seu desenvolvimento, não obstante tivesse de ultrapassar alguns obstáculos, como a falta de

uma definição teórica que ocupasse o lugar deixado pelo estruturalismo e alguns entraves institucionais que poderiam ser superados com uma atuação política comprometida.

Além dessas publicações mais descritivas e informativas da situação dos programas de pós-graduação de Antropologia, podemos citar ainda os textos de *Avaliação & Perspectivas*, encomendados e patrocinados pela CAPES periodicamente, que têm como objetivo o que o próprio título explicita. Os textos de que temos notícias são o de 1978, redigido por Antônio Augusto Arantes Neto,⁵³ o de 1982, escrito por Roque de Barros Laraia, e o de 1990, de Mariza Corrêa.

Também se tornou comum a publicação dos itinerários intelectuais ou histórias de vida de autores/atores que estiveram presentes na história da Antropologia no Brasil. Vários destes textos foram publicados no *Anuário Antropológico, in memoriam*: “Expedito Arnaud (1916-1992)”, por Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (1994, pp. 245-246); “Manuel Diégues Júnior (1912-1991)”, por Luiz de Castro Faria (1993, pp. 227-234); “Carmem Cinira de Andrade Macedo (1948-1991)”, por Josildeth Gomes Consorte (1993, pp. 235-240); “Egon Schaden (1913-1991)”, por Luiz de Castro Faria (1993, pp. 241-256); “René Ribeiro (1914-1990)”, por Roberto Motta (1993, pp. 233-246); “Ruy Coelho (1920-1990)”, por Teófilo de Queiroz Júnior (1993, pp. 247-256); “O Dono do Trovão Manoel Nunes Pereira (1893-1985)”, por Mariza Corrêa (1986, pp. 333-336); “Nimuendajú Indigenista”, por Júlio Cezar Melatti (1984, pp. 335-338) etc. Além destes artigos, foram publicados na revista *Estudos Avançados*, da USP: “Emilio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia”, de João Baptista Borges Pereira (1994), “Luis Pereira: 1933-1985”, de Teófilo de Queiroz Junior (1986), “Hiroshi Saito: 1919-1983”, de Oracy Nogueira (1984/85), “José Loureiro Fernandes: 1903-1977”, de Cecília Maria Vieira Helm (1978) e outros.

Outra fonte importante sobre a história da Antropologia no Brasil são os *Anais da ABA*,

particularmente as notícias sobre suas reuniões e outros congressos, publicados em sua maioria como artigos não assinados na *Revista de Antropologia*: (1954, 1966, 1978a, 1981b).

Sobre resenhas bibliográficas relativas a determinadas linhas de pesquisas, o que já é tradicional desde os anos 40, temos: “Ensaio sobre a História da Etnologia Brasileira”, de Herbert Baldus (1943); “Estudos de Comunidades no Brasil, sob a Perspectiva Nacional”, de Charles Wagley (1954); “Estudos e Pesquisas sobre os Imigrantes Japoneses no Brasil”, de Hiroshi Saito (1972), “Pontos de Vista Sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”, de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1977); “Os Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”, de Alba Zaluar (1979); “Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo”, de João Baptista Borges Pereira (1981); “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”, de Rubem César Fernandes (1984) etc.

Destas resenhas, a mais interessante para este trabalho é, sem dúvida, “A Antropologia no Brasil: Um Roteiro”, de Júlio Cezar Melatti (1984). O texto é uma das primeiras tentativas de se fazer uma compilação da história da Antropologia no Brasil. Foi publicado⁵⁴ no início da década de 80 e tinha como um de seus objetivos “dar conta da Antropologia no Brasil”. O autor constrói a história da disciplina dando ênfase ao recorte temático e cronológico dos fatos. Começa pelos cronistas e, entre estes, considera a carta de Pero Vaz de Caminha a primeira crônica antropológica escrita sobre o Brasil.

Talvez o mais valioso no texto de Melatti seja a rica bibliografia⁵⁵ apresentada ao final do trabalho e a parte referente aos cronistas, principalmente estrangeiros, que escreveram sobre o Brasil. Por outro lado, o grande vazio do texto é consequência da ênfase dada ao tema da etnologia, ênfase justificada pelo autor pelo fato de os trabalhos etnológicos, quantitativamente falando, comporem a maior produção antropológica brasileira.⁵⁶ Ele divide a história da disciplina em antes dos anos 30, dos anos

30 aos 60, e a partir dos anos 60. As temáticas escolhidas pelo autor são: etnologia; interpretações gerais do Brasil; estudos de mudança social; mudança cultural ou aculturação; estudos de comunidades; folclore; relações sociais entre negros e brancos; fricção interétnica e etnicidade; mitologia e ritual como sistemas ativos; estudos regionais e estudos em comunidades; arte e artesanato; Antropologia urbana; Arqueologia; Lingüística⁵⁷ e Antropologia Física. O texto de Melatti também informa sobre os cursos de pós-graduação em Antropologia existentes no país, nas áreas de Antropologia Social, Lingüística, Antropologia Física e Arqueologia, e sobre o que o interessado deve fazer na graduação para chegar até eles.

Em 1987 o *BIB* publicou “Os Estudos de Parentesco no Brasil”, de Roque de Barros Laraia, que se propõe a entender a história da Antropologia brasileira a partir da temática dos estudos de parentesco. O texto periodiza esta história em dois grandes períodos: a primeira metade do século, que chama de período heróico, marcado pela presença de Curt Nimuendaju, quando não existe um interesse mais sistematizado pelos estudos de parentesco; e a segunda metade do século, mais especificamente a partir da década de 60, que se caracteriza pelo interesse por estes estudos, realizados por profissionais em sua maior parte com formação acadêmica. O que caracteriza e unifica todos estes trabalhos são, segundo o autor, os objetos de estudos empíricos: os grupos indígenas brasileiros, seguindo-se um modelo de parentesco Tupi ou Jê.

No período heróico, além de Nimuendaju, o autor cita os trabalhos lingüísticos sobre o parentesco de Rodolfo Garcia (1942), Carlos Drummond (1943), Virgínia Watson (1944), Eduardo Galvão e Charles Wagley (1946) e Florestan Fernandes (1949). Na década de 50, que foi marcada pela presença de Darcy Ribeiro, refere-se a Herbert Baldus e James Watson em 1952 e a Egon Schaden em 1954. Roberto Cardoso de Oliveira inicia-se na Antropologia nesta década, publicando, em 1959, *Matrimônio e Solidariedade Tribal Terena*. No geral, eram trabalhos de tipologias de parentesco e

que pouco se preocupavam com a ideologia (aspecto êmico) que os grupos indígenas construíam sobre a reprodução biológica humana, em consequência do sistema de parentesco. Segundo Laraia, este último aspecto só começou a ser desenvolvido no período seguinte, a partir da década de 60. O período heróico caracterizou-se pela influência da Antropologia americana, baseada nos estudos *cross-cultural* de George Murdock e na análise compo-nencial de Ward Goodenough, o que foi significativo nos estudos sobre parentesco no Brasil.

Dentre os autores que desenvolveram trabalhos sobre parentesco no grupo Jê no período Laraia cita Júlio Cezar Melatti (1968), Roberto DaMatta (1970), Anthony Seeger (1974) etc; sobre os Tupi, Roque de Barros Laraia (tese de doutorado em 1972), Charles Wagley (1977) e, na década de 80, a tese de doutorado de Eduardo Viveiros de Castro (1986),⁵⁸ além do trabalho de Alcida Rita Ramos (1972) entre os Sanumá, que não está incluído nos dois grupos lingüísticos citados.

O trabalho de Laraia nos mostra que os estudos sobre a tipologia de parentesco Jê ganharam alento, a partir da década de 60, com o projeto Harvard Central Brazil Project, envolvendo o Museu Nacional e a Harvard University, isto é, com os trabalhos de campo de David Maybury-Lewis (organizador do programa), Terence Turner (1966), Joan Bamberger, dentre outros da Harvard University, além de Roberto Da Matta (1976) e Júlio Cezar Melatti (1979), ambos do Museu Nacional. Nos anos 70, seguiu para Harvard do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Seeger, e de São Paulo, sob a orientação de Lux Vidal ou Thekla Hartmann, uma nova leva de pesquisadores sobre os Jê que contribuíram com novos estudos de parentesco no Brasil.

Além dos Jê e Tupi, Laraia refere-se aos estudos sobre parentesco dos índios do Xingu que se caracterizaram pelas relações intertribais desenvolvidas no Parque Nacional do Xingu. Segundo o autor, foi em 1953, com Eduardo Galvão, que esta área cultural tornou-se importante para os estudos antropológicos.

Na década de 70 ele cita Renate Brigitte Vier-
tler (1970), Ellen Basso (1973) e Thomas Gre-
gor (1975 e 1977).

O *Anuário Antropológico* é uma fonte que também devemos rastrear em busca de publi-
cações sobre o pensamento antropológico.⁵⁹ Um artigo interessante é o de Alcida Rita Ra-
mos (1988), “A Antropologia Vista através do
Anuário Antropológico”, onde se tenta cons-
truir a história da disciplina em nosso país
tendo por base os artigos publicados neste
periódico — seus autores, suas origens, as
temáticas recorrentes etc.

Na mesma direção temos a *Revista de
Antropologia*, a primeira em nossa área a ser
publicada no país e que, em 1994, completou
40 anos.⁶⁰ Na apresentação do seu 36.º número
(1994), a editora responsável, professora Paula
Montero, faz um breve histórico dos artigos
publicados na revista.

Por fim, mas com certeza não esgotando
os textos produzidos sobre o tema na década
de 80, temos o livro do professor da Universi-
dade Federal Fluminense Roberto Kant de
Lima (1985), *A Antropologia da Academia:
Quando os Índios Somos Nós*, que faz uma
análise comparativa entre a academia norte-
americana e a brasileira. Partindo de suas ex-
periências pessoais como aluno de mestrado
no Museu Nacional e de doutorado em uma
universidade norte-americana, Kant de Lima
discute as possibilidades de produção criativa
na Antropologia de um país de Terceiro Mun-
do, quando comparadas às de um centro desen-
volvido. A questão teórica central do autor é o
colonialismo cultural e a dominação intelec-
tual exercida pelos países centrais.

É interessante notar a problemática enfa-
tizada pelo texto. O autor parte do pressuposto
de que a Antropologia é uma ciência histórica-
mente marcada pelo seu surgimento em meio
ao colonialismo europeu; neste contexto o an-
trópologo produz conhecimento, verdade e
ciência e seus informantes produzem dados e
informações. Deste ponto de vista, se pergunta
até que ponto o Brasil, um país tradicionalmen-
te considerado um “museu vivo”,⁶¹ academi-
camente também estaria produzindo somente in-

formações e dados utilizados pelos países desenvolvidos. Ou seja, para o autor, existe uma diferença entre fazer Antropologia no Brasil e fazer Antropologia nos Estados Unidos: nós produzimos dados; eles, ciência e verdade (Kant de Lima, 1985, p. 13).

A Aventura Antropológica

A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa, organizado por Ruth Cardoso (1986), é um livro que se tornou exemplar entre nós. Como diz a sua organizadora, o trabalho segue os passos de uma outra importante coletânea publicada na segunda metade da década de 70⁶² e “que abriu o caminho para as reflexões menos convencionais sobre as atividades dos cientistas sociais em seu esforço para explicar nossa sociedade” (Cardoso, 1986, p. 13). Os textos escolhidos por Cardoso valorizam a pesquisa de campo, pois esta parece ser, para ela, a direção seguida pelas ciências sociais na década de 80, abrindo caminho para as discussões e questionamentos sobre o debate metodológico. A coletânea é também um fruto do Grupo de Trabalho Cultura Popular e Ideologia Política da Anpocs e demonstra a significação que estas reuniões periódicas assumem no cenário intelectual brasileiro.

O texto de Eunice Ribeiro Durham (1986b), “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”, discute a popularidade e a relevância do texto antropológico sobre nós mesmos no contexto sociopolítico brasileiro da década de 80. De acordo com a autora, a Antropologia sempre foi considerada “menor ou marginal” pelos cientistas sociais por ter como objeto de estudo temas também marginais aos grandes debates políticos. Esta situação, no entanto, teria mudado a partir da segunda metade dos anos 70:

“[...] as pesquisas concentram-se em grande medida em temas de interesse geral imediato — não apenas os costumes exóticos das tribos indígenas (embora esses constituam também uma leitura fascinante), mas muito do que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana ou que constitui reminiscência de um passado recente: os hábitos e valores dos moradores de Copacabana tanto

quanto o modo de vida dos bairros de periferia, das favelas e da população caipira; a umbanda e o pentecostalismo ao lado do catolicismo tradicional e das comunidades de base da Igreja renovada; a família operária e a das camadas médias; os movimentos sociais urbanos e as formas do lazer popular; o feminismo e a sexualidade. Estamos, em suma, produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos” (Durham, 1986b, p. 17).

Na visão de Durham, o interesse da Antropologia, nos anos 80, pelas minorias desprivilegiadas que passaram a fazer parte do cenário político nacional acabou transformando também a qualidade das pesquisas.

O sucesso da disciplina, segundo a antropóloga, deve-se também à ineficácia dos esquemas globalizadores mais correntes na Sociologia e na Ciência Política que buscavam uma interpretação da sociedade nacional. Por outro lado, diz Eunice Durham, não temos capitalizado corretamente estes resultados, que aparecem como pesquisas pontuais e segmentadas, não se integrando metodologicamente como totalidade. Diante do impasse, a autora afirma ser o momento de se fazer uma reflexão crítica acerca do conjunto da produção recente no Brasil, especialmente a produção relativa às populações urbanas; enfim, sobre as pesquisas feitas na cidade, pesquisas que, segundo ela, se desenvolveram numa linha diferente da Escola de Chicago:

“[...] uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da Antropologia, mas voltados para o estudo de populações que vivem nas cidades. A cidade é, portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto” (Durham, 1986b, p. 19).

Eunice Durham apresenta também um breve histórico desta linha de pesquisa que remonta a Nina Rodrigues e passa por Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta, pelo funcionalismo e o estruturalismo, a antropologia britânica e o culturalismo norte-americano, além dos conceitos antropológicos utilizados em cada período. No momento em que a autora escrevia, as pesquisas encontravam-se diante do seguinte dilema: o trabalho de campo

essencialmente funcionalista — desenvolvido segundo esta concepção — ou a abordagem teórica que tentava romper com a perspectiva cientificista, denominada por Durham (1986b, p. 33) de “armadilha positivista”. Para ela, existia então uma dicotomia entre a prática antropológica, cada vez mais politizada, e os conceitos utilizados pela disciplina, que nem sempre se mostravam coerentes e contextualizados pelas teorias eleitas nas análises.

Afirma ainda Eunice Durham que a crítica aos estudos funcionalistas no Brasil foi feita primeiramente pelos sociólogos e só mais tarde pelos antropólogos. Este repensar sociológico aconteceu, sobretudo, por meio da crítica aos estudos de comunidades e às suas concepções conservadoras da realidade, que não contemplavam os conflitos sociais. A crítica aproximou a Sociologia do marxismo, o que na Antropologia foi de difícil assimilação:

“[...] para os antropólogos que enveredaram pela linha marxista, o problema que se colocava e ainda se coloca é o de integrar um método de pesquisa de campo desenvolvido pelo funcionalismo com uma teoria explicativa que parte de outras premissas e caminha em outra direção. De modo geral, continuou-se a fazer pesquisa como a faziam os funcionalistas, mas tentando encontrar ‘ganchos’ que permitissem interpretar os resultados com conceitos como ‘modo de produção’, ‘relações de trabalho’ e ‘lutas de classe’” (Durham, 1986b, p. 24).

Para a autora, existe uma incompatibilidade entre a visão microscópica da Antropologia, que se concretiza nas pesquisas de campo, e a interpretação mais abrangente da teoria marxista. Somente as pesquisas que escolhiam como tema as relações de trabalho, movimentos sindicais ou lutas camponesas conseguiam satisfatoriamente integrar teoria e prática.

O outro caminho escolhido pela Antropologia na década de 70, segundo a autora, foi o estruturalismo, que também empobreceu a riqueza dos estudos microscópicos em consequência de seu rigor formalista.

Enfim, para Eunice Durham, a problemática enfrentada pela Antropologia na década de 70 e início dos anos 80 foi a de tentar contem-

plar os resultados múltiplos da observação participante — moldada teoricamente pelo funcionalismo — com uma perspectiva que enfatizava os conflitos e impasses da realidade social. Ao discorrer sobre a produção antropológica no período, a autora afirma que as pesquisas seguiram em duas direções: a ênfase na observação participante e os estudos simbólicos. A primeira tendência, para Durham, tem resvalado na “participação observante”, na militância política e nos estudos em que o pesquisador está integrado como sujeito na pesquisa.⁶³ Na outra vertente, o conceito de ideologia, por exemplo, foi amplamente utilizado com uma concepção que a autora afirma ser despolitizante:

“É freqüentemente usado como simples sinônimo de sistemas de idéias e valores, substituindo às vezes visão de mundo, perdendo sua complexidade e desligando-se da problemática teórica que lhe era própria. Raramente é empregado no seu contexto original, o mais das vezes por antropólogos de formação sociológica. Mas sua utilização no sentido simplificado e despolitizado contém uma constante alusão à problemática política e à teoria marxista, mesmo quando ela não é utilizada na interpretação dos dados” (Durham, 1986b, p. 29).

A consequência apontada pela autora foi a de que,

“[...] ao mesmo tempo em que os antropólogos se politizam na prática de campo, através de seu engajamento crescente nas lutas travadas pelas populações que estudam, despolitizam os conceitos com os quais operam, retirando-os da matriz histórica na qual foram gerados e projetando-os no campo a-histórico da cultura” (Durham, 1986b, p. 32).

O texto apresentado por Ruth Cardoso (1986), “Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método”, é muito denso e, no meu entender, revelador das questões mais significativas do debate antropológico contemporâneo. A autora coloca como central em sua discussão o relacionamento entre pesquisador e pesquisado e as novas técnicas de investigação e de concepção do trabalho de campo, que têm como desdobramento os desencontros entre as

introduções teóricas e os dados coletados pelas pesquisas empíricas. E completa:

“A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário” (Cardoso, 1986, p. 101).

A discussão da autora segue na mesma linha do que foi levantado por Otávio Velho (1980) e Eunice Durham (1986a): a “popularização” da Antropologia na década de 70, que veio acompanhada pela valorização do trabalho de campo. Para Ruth Cardoso, esta volta às pesquisas qualitativas foi saudável, mas não esteve devidamente acompanhada por uma discussão teórica e metodológica mais consistente, o que não deixou de evidenciar uma concepção de que “dados bem coletados devem falar por si mesmos” (Cardoso, 1986, p. 99). Ou seja, uma concepção teórica próxima ao empirismo positivista.

Na sua visão, o conseqüente engajamento do antropólogo com o grupo estudado, uma prática que se tornou comum e que muitas vezes transformou o pesquisador em seu porta-voz, eliminou uma perspectiva importante da tradição da pesquisa de campo na Antropologia: o distanciamento necessário à compreensão do “outro”:

“A capacidade de se surpreender, que deve ser inerente ao trabalho do cientista, fica amortecida quando se propõe a fusão total do discurso do investigador com o do grupo investigado. [...] É a sistematização que a ciência propõe que permite avançar para além destes fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória” (Cardoso, 1986, p. 101).

Mais adiante, a autora afirma que o resgate da subjetividade não deve servir para recolocar a antiga discussão entre verdade e mistificação. Todo discurso, de certa maneira, é

também uma narrativa que constrói conjuntos de significados e todo método, o caminho para se chegar até eles. Para Ruth Cardoso, conceitos como os de objetividade e neutralidade perderam importância e ninguém mais teima em defendê-los, sendo a legitimidade científica muitas vezes garantida simplesmente pela apresentação do relacionamento entre o antropólogo e os atores sociais em questão. Esta simplificação levou-nos a uma postura eclética e descompromissada com o método na pesquisa. E, no lugar de concluir, a autora apresenta uma série de questões para iniciar o debate:

“1. O trabalho de campo contribuiu definitivamente para a crítica do economicismo e dos vários estruturalismos, mas deixou de ir à raiz das questões metodológicas e por isso levou a uma postura eclética. Talvez até possamos defender o ecletismo se soubermos conjugá-lo com o anarquismo de que nos fala Feyrabend (1978).

2. Uma contribuição inegável da volta ao trabalho de campo foi a presença de atores sociais, suportes dos discursos, que ganharam carne e osso e deixaram de ser autônomos. Depois de fazê-los entrar em cena, é preciso definir com que autonomia podem atuar dentro do *script*. Se, ao criticar o mecanicismo, também abandonarmos a noção de estrutura, ou ficamos sem resposta para esta questão, ou nos juntamos aos weberianos e parsonianos para estudá-la melhor.

3. Também merece cuidado a questão da subjetividade como instrumento de conhecimento. Aqui se beira tanto um irracionalismo muito em moda que nega a ciência (podemos lembrar o sucesso de Castañeda) quanto a camisa-de-força da crença na realidade exterior. O desafio está em encontrar um caminho intermediário” (Cardoso, 1986, p. 105).

Na mesma direção seguem os textos de Alba Zaluar (1986), “Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas”; de José Guilherme Cantor Magnani (1986), “Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina Podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas”; de Guita Grin Debert (1986), “Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral”; de Eder Sader e Maria Célia Paoli (1986), “Sobre ‘Classes Populares’

no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes)”; e de Luiz Fernando Dias Duarte (1986), “Classificação e Valor na Reflexão sobre Identidade Social”.

Pensando a Antropologia

A obra de Roberto Cardoso de Oliveira sobre a Antropologia justificaria um trabalho dedicado exclusivamente a estas publicações. Formado em Filosofia pela USP, este autor dedicou 30 anos de sua vida fazendo pesquisa no campo antropológico. A partir de um certo momento, como ele próprio diz, passou a pensá-lo.⁶⁴ A Antropologia ganhou com isto e todos nós ganhamos também.

Roberto Cardoso de Oliveira⁶⁵ é uma das figuras brasileiras mais significativas no período dos anos 60 aos 90, período marcado pelos programas de pós-graduação em Antropologia Social. Iniciando sua trajetória intelectual na USP, como discípulo de Florestan Fernandes e sob a influência teórica do funcionalismo (Cardoso de Oliveira, 1992, p. 47), foi descoberto, antropológicamente falando, por Darcy Ribeiro e por seu intermédio transferiu-se para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, participou do quadro de professores dos cursos de especialização do Museu do Índio e, mais tarde, do Museu Nacional, onde, no final da década de 60, foi um dos autores que introduziu o estruturalismo no Brasil. Criou o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia nesta instituição, em 1968, e, em 1972, criou o programa da UnB, onde permaneceu até 1984. No ano seguinte, participou também da criação do doutorado da Unicamp, onde se aposentou em 1994. Esteve presente ativamente na vida de nossa associação profissional, a ABA, da qual foi presidente na gestão 1986-88, e em diferentes fóruns de discussão e avaliação da disciplina no país. Foi também o responsável direto pela formação de toda uma geração de profissionais que atuam em nossa disciplina⁶⁶ e é uma figura recorrente nas dissertações e teses de diferentes instituições, influenciando temáticas, escolhas de objetos e orientações teóricas. Além disso, é um dos poucos autores entre nós

que trata da Antropologia como tradição,⁶⁷ não se limitando à Antropologia praticada em nosso país.

Vários dos textos de que trataremos foram publicados em diferentes periódicos nacionais e reunidos no livro *Sobre o Pensamento Antropológico* (1988), constituído de três partes. Na primeira, intitulada A Formação da Disciplina, estão reunidos os textos “Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia”,⁶⁸ onde está presente a sua *matriz disciplinar*,⁶⁹ “As ‘Categorias do Entendimento’ na Antropologia”, “A ‘Categoria da Causalidade’ na Antropologia”,⁷⁰ e “A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade da Antropologia”,⁷¹ no qual são discutidas as questões atuais do interpretativismo norte-americano.

A Disciplina na Periferia é o título da segunda parte do livro, que inclui os textos “O Que É Isto Que Chamamos de Antropologia Brasileira?”,⁷² “A Organização dos Antropólogos Brasileiros: A ABA” e “Por uma Etnografia das Antropologias Periféricas”. A última parte, chamada Posfácio, é composta dos seguintes textos: “A Vocação Meta-Disciplinar da Etnografia da Ciência”, “Entre o Estruturalismo e a Hermen utica” e “Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica”.

“O Que   Isto Que Chamamos de Antropologia Brasileira?” divide a história da disciplina em três períodos e duas grandes linhas de pesquisa: a etnologia indígena e a antropologia da sociedade nacional. O primeiro período foi o que o autor chamou de período heróico, das décadas de 20 e 30, período marcado pelo conceito de *cultura*, pelos aspectos românticos e pela não institucionaliza o da disciplina. O autor representativo da temática etnologia indígena foi Curt Nimuendaju, e o da antropologia da sociedade nacional, Gilberto Freyre. O período seguinte, que Cardoso de Oliveira chama de carismático, final dos anos 40 e início dos 50, foi marcado pela introdu o do conceito de *estrutura* e teve em Florestan Fernandes o seu representante na área da antropologia da sociedade nacional e Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro no campo da etnologia de vertente culturalista. O último período, que o autor

chama de burocrático, foi a fase de grande desenvolvimento da Antropologia. Tem início na segunda metade da década de 60 e caracterizou-se pela institucionalização dos programas de pós-graduação no país, sendo o próprio autor o responsável pela criação de dois deles, o do Museu Nacional e o da UnB.

Cardoso de Oliveira é o autor que mais tem pensado as questões filosóficas instigadas pelo pensamento antropológico. Ele tem se esforçado também em manter um maior intercâmbio com antropólogos latino-americanos e, neste sentido, foi um dos fundadores da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA), sendo o seu atual presidente. Em "O Movimento dos Conceitos em Antropologia"⁷³ (Cardoso de Oliveira, 1994a), com o objetivo de discutir as possíveis singularidades das Antropologias regionais sem perder de vista a sua pretensão universalista de ser ciência, o autor examina comparativamente a dinâmica de certos conceitos que surgiram em países centrais⁷⁴ e que, quando aplicados em nossa realidade específica, sofreram transformações. Comparando a ciência — no caso, a Antropologia — a uma "cultura", o autor denomina as singularidades periféricas de "idiomas regionais", perguntando-se como pode haver estas especificidades sem deixar de ser a Antropologia o que ela é, ou seja, uma ciência universal.

A questão nos remete à prática antropológica nos países que Cardoso de Oliveira chama de periféricos, pois como poderá um antropólogo nativo, estudioso de uma ciência que nasceu num determinado contexto, o contexto colonial europeu, e que tinha como objeto de estudo o "outro" distante e diferente culturalmente, estudar a si mesmo como "outro"? O autor coloca estas questões para discutir a história dos conceitos de *colonialismo* e *colonialismo interno*, dois conceitos centrais na América Latina, que possui em seu território uma grande quantidade de populações indígenas. E aponta para a questão do indigenismo e dos conceitos forjados nesta tradição — como os conceitos de *fricção interétnica*⁷⁵ e de *etnodeenvolvimento*⁷⁶ — como os prováveis campos

onde a Antropologia na América Latina se singularizou.

O que podemos concluir do texto do autor, embora não esteja explícito em suas palavras, é que a universalidade da disciplina é garantida pelos paradigmas em curso na *matriz disciplinar* e que as singularidades nacionais se manifestam nas temáticas desenvolvidas em cada lugar, dizendo respeito à identidade de cada país.

Cardoso de Oliveira é autor de vários outros textos sobre o assunto, dos quais os mais recentes são "A Antropologia e a 'Crise' dos Modelos Explicativos" (1994b) e a aula inaugural proferida para os cursos de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em 1993, "Olhar, Ouvir, Escrever" (1994c), ambos editados pela Unicamp.

Os Anos 90

Uma das coisas que mais chama a atenção quando olhamos para a Antropologia dos anos 90 é a preocupação expressa consigo mesma. Comunicações, seminários e mesas-redondas sobre o tema⁷⁷ estão sempre presentes nas reuniões profissionais dos antropólogos. A preocupação com quem somos, quantos somos, nossas origens e temáticas desenvolvidas é uma constante em nossos encontros regionais e nacionais. Possuímos uma história relevante neste país e a tradição do pensamento antropológico se popularizou (Castro Faria, 1992) e se transformou em linha de pesquisa da disciplina.

Mas, apesar desses esforços, além de tantas outras atividades organizadas pelo país, sentimos falta de um conhecimento maior e mais detalhado da produção institucionalizada pelos programas de pós-graduação em Antropologia,⁷⁸ que possa nos fornecer informações mais concretas sobre nós mesmos,⁷⁹ no que influenciemos o pensamento social brasileiro e em que aspectos contribuimos no desenvolvimento e transformação deste pensar. Sentimos falta também da socialização e de um banco de teses que reúna toda esta produção para servir de memória e apoio a futuros projetos. É necessário que se encontre um caminho para

fazer circular as pesquisas que a cada semana engrossam os nossos catálogos de teses e dissertações, e que saibamos qual é realmente o espaço de nosso mercado de trabalho,⁸⁰ onde estamos atuando e o que fazemos. Por último, o enriquecimento do catálogo confeccionado pela ABA é imprescindível neste contexto em que as ciências sociais e particularmente a Antropologia são respeitadas como um campo do pensamento sobre a nossa realidade.

Ao longo dos anos 90, alguns de nossos programas de pós-graduação completaram duas décadas de existência e a Antropologia, já inserida e consolidada em várias instituições de Norte a Sul do país, abriu novas frentes, chegando aos mais distantes lugares.⁸¹ Os 20 anos dos programas do Museu Nacional e da UnB foram celebrados com publicações comemorativas organizadas, respectivamente, por José Sergio Leite Lopes (1992) e Alcida Rita Ramos (1992). Ao contrário da publicação da UnB, que segue um estilo mais descritivo, Leite Lopes tenta uma crítica histórica que denomina de não-naturalizada; isto é, analisa criticamente a constituição no tempo da formação e consolidação do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional sem esquecer dos embates teóricos e conflitos entre seus participantes; dos impasses e entraves burocráticos que o programa teve de superar, o que o autor chama de “crises de sobrevivência”; do contexto sociopolítico não favorável à produção científica no início de sua formação, no segundo semestre de 1968, o que influenciou nas escolhas das preocupações teóricas de professores e alunos; da luta dos docentes por melhores salários; de que o programa teve elementos perseguidos pelo regime militar; “da convivência insuportável com a violência” a que muitas vezes são obrigados a resistir professores e alunos; e dos conflitos com as instituições governamentais⁸² que não acabaram com a abertura política dos anos 80, mas que, muito pelo contrário, vêm dificultando cada vez mais algumas pesquisas que necessitam de autorização governamental. Dificuldades estas que, em última instância, não foram empecilhos para a

produção criativa que se consolidou no Museu Nacional.

Na mesma publicação/coletânea estão presentes outros textos. O texto do professor David Maybury-Lewis (1992) é mais teórico e discorre sobre o contexto de surgimento da Antropologia interpretativa nos EUA e sobre suas preocupações atuais, chamadas ironicamente por ele de “hipocondria epistemológica”, quando comparadas às reais contribuições da Antropologia clássica como, por exemplo, o relativismo cultural. Para ele, esta discussão deve estar presente tanto nos EUA quanto no Brasil em todas as épocas.

O texto do professor Roberto Da Matta (1992) fala de tradição num país que tem vocação para “museu vivo”, para “caleidoscópio sociopolítico”, dando ênfase aos nossos mitos de formação: a invenção da fábula das três raças, a valorização do mulato, o acaso da descoberta do Brasil etc. Para o autor, os mesmos elementos são combinados conforme nossos desejos e ideologias, o que tem como consequência as diferenças entre o público e o privado, entre a casa e a rua, entre o formal e o informal.

O texto de Roberto Cardoso de Oliveira (1992) limita-se, como ele mesmo diz, a dar um depoimento pessoal sobre a sua passagem pelo PPGAS do Museu Nacional. Inicia com a pré-história do programa, com os cursos de especialização nos anos 60 e com as influências de suas escolhas teóricas: a escolha do funcionalismo, via USP e Florestan Fernandes, no lugar do culturalismo norte-americano, e a introdução do estruturalismo francês de Lévi-Strauss no Brasil. Seu objetivo é contextualizar o que estava na origem da Antropologia feita no Museu Nacional através de seu depoimento pessoal. Um ponto importante no texto — diferentemente do que José Sergio Leite Lopes declarou — é a afirmação de que o programa do Museu, por se encontrar relativamente isolado das instituições universitárias maiores e dos cursos de graduação, “foi deixado fora do foco da atenção do sistema policial-militar” (Cardoso de Oliveira, 1992, p. 54).⁸³

O último texto da coletânea comemorati-

va dos 20 anos do PPGAS é o do professor Luiz de Castro Faria (1992). O autor discute as possibilidades de uma Antropologia Social tupiniquim,⁸⁴ considerando que, ao se afastar das demais disciplinas que compunham a Antropologia geral, nem por isto ela se transformou em Sociologia, mas também não criou uma identidade própria. Tornou-se apenas, segundo o autor, um espaço para os desamparados de diferentes áreas como a História, a Arquitetura, a Medicina etc., o que lhe dá condições, hoje, de enveredar por todas elas. Neste sentido, a Antropologia ganhou *status* e popularidade e o “título de antropólogo passou a ter uma cotação elevada, atribuída muito mais pela sociedade que pela academia. Vale hoje como uma espécie de *passe-partout*” (Castro Faria, 1992, p. 71).

É quase impossível, nos limites deste artigo, fazer um mapeamento completo da produção sobre o tema na primeira metade dos anos 90. Mas, com certeza, não podemos deixar de citar os trabalhos do professor Klaas Woortmann, da UnB, “Repensando a (Pós-Graduação em) Antropologia” (1991), e “Crônica (Informativa, Levemente Crítica e um Tanto Apologética) de um Programa de Pós-Graduação: A Antropologia na UnB” (1993), que é justamente uma tentativa na direção de fazer um levantamento mais detalhado de quem somos e do que fazemos. O seu trabalho refere-se ao Programa de Pós-Graduação na UnB, seus alunos, professores e produção, além de discutir os novos formatos que o mestrado vem assumindo nos últimos anos entre nós.

Ainda de Brasília temos a dissertação de mestrado de Edgar Gutierrez Mendonça (1994), Uma “Aldeia” de Antropólogos: A Antropologia em Brasília, que versa sobre a Antropologia brasiliense, o espaço departamental ocupado pelos professores e alunos, discutindo também a *Série Antropologia* publicada pelo Departamento de Antropologia da UnB.

Vale ainda destacar o *Anuário Antropológico* 92 (1994), que é uma homenagem ao professor Roque de Barros Laraia,⁸⁵ que teve a sua carreira como antropólogo consolidada na

UnB. Compõem o *Anuário* os seguintes textos: “Saudação a Roque de Barros Laraia”, de Roberto Cardoso de Oliveira; “Paciência e Resignação”, de Alcida Rita Ramos; “Uma Presença Efetiva”, de Júlio César Melatti; “A Honra Acadêmica (ou da Condição de Emérito)”, de Roberto Cardoso de Oliveira; “Treze Pontos Riscados em Torno da Cultura Popular”, de Roberto Da Matta; “Sobre Homens Marginais”, de Gilberto Velho; “Religião e Modernidade: Roteiro para uma Discussão”, de Otávio Velho; “Lideranças Indígenas, Indigenismo Oficial e Destruição Florestal: O Caso de Ibirama”, de Silvio Coelho dos Santos; “Os Xetá: A Trajetória de um Grupo Tupi-Guarani em Extinção no Paraná”, de Cecília Maria Vieira Helm; “A Árvore da Memória”, de Ellen F. Woortmann, e “Da Aventura à Testemunha: Um Caminho Etnográfico ao Lado de Roque Laraia”, de Denise Maldí.

Em São Paulo, temos a tese de doutorado da professora Lilia Moritz Schwarcz (1993), *O Espetáculo das Raças — Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*, e o trabalho do coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP em 1994, professor José Guilherme Cantor Magnani, que, na mesma direção de Klaas Woortmann em Brasília, vem fazendo um levantamento específico sobre a Antropologia uspiana. É de sua autoria, também, o texto “O Campo da Antropologia”, publicado com outros textos⁸⁶ em *Cadernos de História de São Paulo — Os Campos do Conhecimento e o Conhecimento da Cidade* (Magnani, 1992), editado pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo, onde ele apresenta o roteiro bibliográfico de todos os trabalhos antropológicos relativos à Grande São Paulo.

Os cariocas serão representados na década de 90 por Antônio Carlos de Souza Lima (1985), autor de *Aos Fetichistas, Ordem e Progresso — Um Estudo do Campo Indigenista no Seu Estado de Formação*, e Eduardo Viveiros de Castro (1993), com “O Campo na Selva Visto da Praia (Fazendo Etnologia Indígena no Museu Nacional, 1974-90)”.⁸⁷ O professor Luiz de Castro Faria (1993) também dá a sua

contribuição, neste momento, com o livro *Antropologia — Espetáculo e Excelência*.

Uma outra fonte de pesquisas que vem crescendo na década de 90 são os memoriais feitos para concursos internos para professor titular, que, a partir do itinerário intelectual de cada autor, traçam, sem dúvida, um pedaço de nossa história nem sempre presente nas demais publicações.⁸⁸ Cito os de: Alba Zaluar (Memorial da Violência, 1994, Unicamp), Antônio Augusto Arantes Neto (sem título, 1995, Unicamp), Carlos Rodrigues Brandão (Minha Memória I e II, 1987 e 1994, respectivamente, Unicamp), Eunice Ribeiro Durham (sem título, 1984, USP), Gilberto Alves Velho (sem título, 1992, Museu Nacional), Mariza Corrêa (sem título, 1994, Unicamp), Mariza Peirano (Não Foi Só por Acaso: Um Depoimento, 1992, UnB), Moacir Gracindo Soares Palmeira (sem título, 1994, Museu Nacional), Otávio Guilherme Alves Velho (sem título, 1992, Museu Nacional), Thekla Hartmann (sem título, s/d., USP) e Teresa Pires do Rio Caldeira (sem título, 1993, Unicamp).

De Que História Falamos?

Não por acaso,⁸⁹ comecei esta exposição com textos que foram produzidos numa reunião de antropólogos em novembro de 1953 no Rio de Janeiro e vou terminá-lo com uma outra reunião de antropólogos, realizada em abril de 1995 também no Rio de Janeiro. As preocupações principais, nestes dois encontros, foram basicamente as mesmas: a problematização do ensino/pesquisa e a profissionalização do antropólogo no Brasil. Nesses quase 42 anos, a Antropologia brasileira se transformou, amadurecendo, produzindo e conquistando um espaço no pensamento social nacional. Hoje, já não somos mais um grupo de profissionais preocupados somente com determinadas temáticas ou problemas teóricos gerais. Somos, hoje, um grupo de cientistas sociais que conquistou o seu espaço neste país e na Antropologia mundial,⁹⁰ contribuindo significativamente na produção do conhecimento e intervindo/influenciando nas questões práticas que nos dizem respeito no país.⁹¹

É importante notar que, apesar de serem estes dois momentos diferenciados de nossa história — da Antropologia como disciplina e de nosso país como nação —, a problemática da profissionalização do antropólogo, de seu ensino e pesquisa, tem sido recorrente entre nós, assumindo hoje uma significação especial. Encontram-se no centro de nossos debates questões como a de um curso de graduação em Antropologia, a compactação do mestrado e a necessidade de um maior intercâmbio entre as instituições onde se encontram os antropólogos, dentre uma série de outras problemáticas.

Quando falamos em história da ciência e, mais particularmente, como é o nosso caso, na história da Antropologia, devemos partir de algumas afirmações que estão claras hoje para nós. Não é nossa intenção olhar para o passado com os olhos exclusivos do presente, naquilo que ficou conhecido como “presentismo” (Stocking Jr., 1968), ou fazer um diálogo com o passado como se ele ainda estivesse vivo no presente (Gellner, 1981), apesar de termos consciência de que este distanciamento é, de certa forma, relativo, pois estaremos necessariamente falando de um tempo e lugar determinados socialmente. É do anacronismo que enfaticamente nos afastamos. Construir uma história exclusivamente genealógica (Stolcke, s/d.) e cronológica também não é a minha intenção, apesar de que, necessariamente, pensamos não poder deixar de periodizar no tempo e discorrer sobre as linhagens acadêmicas a que estamos nos referindo. Afirmar que toda teorização e construção histórica é um processo social datado no tempo e determinado pelo lugar de quem fala (Silverman, 1981) é hoje quase um consenso entre aqueles que discorrem sobre a história da ciência. Ou seja, para nós está claro o caminho que não queremos seguir, mas não está inteiramente claro o caminho que desejamos percorrer. Mesmo porque, acreditamos que muitas dessas escolhas se farão pelo caminho e que a direção seguida restringirá as escolhas a serem feitas por nós. Pretendemos fazer uma Antropologia crítica, objetivamente definindo a que espaço pertencemos, nossas posições teóricas diante da dis-

ciplina e de que afirmações filosóficas partimos, além, é claro, da contextualização político-social de nosso objeto de estudo.

Está clara também a direção para onde se orienta a nossa pesquisa. Escrevemos para os nossos pares, os antropólogos deste país e dos demais. Concordamos com Verena Stolcke (s/d., p. 16) quando diz que "la historia no está sólo hecha de los logros que se admiten sino también de los acontecimientos que se omiten", e por este motivo temos como certo que, ao escolher uma determinada direção, estamos necessariamente empobrecendo a realidade como um todo (Weber, 1992) e omitindo aspectos dessa história que também são relevantes e significativos na sua compreensão.

O que podemos aprender com todos estes textos? O que existe de comum em todos eles que nos indique alguma singularidade no que fazemos? Qual o tipo de *olhar* que devemos escolher para dirigir sobre este período tão recente de nossa história?

É a partir destas discussões, aqui somente pontuadas, que pretendemos entender um pouco melhor o que é fazer Antropologia no Brasil. Das questões epistemológicas colocadas por

Roberto Cardoso de Oliveira; da percepção crítica e criativa de Mariza Peirano; da historicidade e não unilinearidade de Mariza Corrêa; das questões metodológicas colocadas por Ruth Cardoso e Eunice Durham e do inusitado da pesquisa de campo discutido por Roberto DaMatta é que pretendemos construir também um pedaço dessa história. Histórias que são também estórias e que talvez nos permitirão compreender melhor o nosso lugar neste país e em nosso tempo.

A história da Antropologia entre nós é a história da delimitação de um campo intelectual, da construção de seu objeto de estudo, das temáticas que foram sendo abandonadas e daquelas que foram se desenvolvendo e consolidando no tempo e que se materializam no que hoje é a Antropologia brasileira. São estas questões, enfim, que elegi nesta construção visando à compreensão da Antropologia no Brasil.

*(Recebido para publicação
em março de 1997)*

Notas

1. É interessante notar que, antes da década de 70, toda Antropologia que não era Arqueologia ou Antropologia Biológica era chamada de Antropologia Cultural. Os autores mais citados nos textos da época são Boas, Kroeber e Margareth Mead, por exemplo. Ou seja, existe uma mudança de foco (ou de linguagem?) entre as décadas de 60 e 70. Com a institucionalização dos programas de pós-graduação em Antropologia Social, é a Antropologia britânica que começa a dominar os trabalhos na área. A exceção é o caso da USP, que, segundo o depoimento do professor João Baptista Borges Pereira em outubro de 1994, pretendia um programa mais amplo para a Antropologia, que incluísse também a Arqueologia.
2. O que Roberto Cardoso de Oliveira (1988, pp.13-25) chama de paradigma.
3. O que hoje Mariza Peirano (1991, pp. 11-22) denomina regionalismo.
4. Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre outros.
5. O Exército, segundo ele, poderia se interessar por um curso de Antropometria ou Antropologia Física, por exemplo.

6. Neste processo de consolidação da Antropologia Social/Cultural no Brasil, foram fundamentais os trabalhos de campo realizados nas duas décadas anteriores pelo então professor da Universidade de São Paulo, Emílio Willems. Segundo Borges Pereira (1994, pp. 250-251), foi deste autor alemão o primeiro estudo de comunidade feito no Brasil, *Uma Vila Brasileira — Tradição e Mudança* (Willems, 1961). “A Willems devem-se pesquisas de campo e reflexões que tiraram a Antropologia feita no país de seu interesse apenas pelo biológico e pelo tribal e a colocaram como ciência preocupada com a análise e interpretação de aspectos cruciais da sociedade complexa brasileira” (Borges Pereira, 1994, p. 250). Outro trabalho importante foi o artigo publicado em 1955 por Oracy Nogueira, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na *Revista de Antropologia*: “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. Estas duas pesquisas, que enfatizavam a vida social do conjunto de habitantes de áreas distantes dos locais urbanos de maior densidade demográfica, marcaram presença no Brasil nas décadas de 50 e 60. Oracy Nogueira afirma que, embora também possa ser aplicada aos grupos indígenas, em nossa tradição tal perspectiva metodológica se desenvolveu entre os agrupamentos populacionais integrados na estrutura social nacional. Diz o autor que a própria realidade social e demográfica do Brasil da época propiciava esta concepção, dada a ampla diversidade cultural e os grandes vazios demográficos que levavam a um certo isolamento de determinados grupos populacionais. Estes estudos tinham como principal objetivo a aplicação de ações práticas na realidade social brasileira. Os critérios de escolha das comunidades eram: nunca terem sido estudadas anteriormente, a sua representatividade perante uma série de outras comunidades análogas, e a aplicação ou repercussão de um fato econômico ou político local. Oracy Nogueira lista 17 pesquisas feitas até aquele momento, sendo quatro delas já publicadas: *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil* (Willems, 1947), “Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos” (Hermann, 1948), *Cruz das Almas: A Brazilian Village* (Pierson, 1951) e *Amazon Town; A Study of Man in the Tropics* (Wagley, 1953).
7. Modelo vitalício para os professores titulares.
8. Em que são realizadas periodicamente eleições para os diferentes cargos de chefia na universidade.
9. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi criada em 1967 e o seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 1971.
10. O doutorado criado na Unicamp é em Ciências Sociais.
11. Na UFRGS, em 1974, foi criado o Curso de Especialização em Antropologia Social; em 1979, o Programa de Mestrado em Ciências Sociais, com concentração nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, que vão se constituir em três programas diferenciados em 1986. O doutorado em Antropologia Social começou a funcionar no início da década de 90. Entrevista com Ruben Oliven em 10 de abril de 1995.
12. No início dos anos 70 foi criado na Universidade Federal de Pernambuco o mestrado integrado em Sociologia e Economia; em 1976, a especialização em Antropologia Social e, em 1977, o mestrado em Antropologia Social. Entrevista com o professor Russel Parry-Scott em 11 de abril de 1995.
13. Sobre esta temática ver o texto de Cardoso (1983).
14. Não podemos deixar também de nos referir à tese de doutorado de Paulo Roberto Azeredo, escrita em meados dos anos 70 e não defendida devido à morte prematura de seu autor, tese que foi publicada postumamente, em 1986, com prefácio de João Baptista Borges Pereira, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. *Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia* trata do curto período de existência (1941-1950) desta entidade e de um de seus mais atuantes membros: Arthur Ramos. A escolha

desta temática, já na década de 70, demonstra que a preocupação com a nossa história tem sido uma constante, mesmo nos períodos em que as publicações sobre o tema não foram frequentes.

15. É interessante perceber o significado assumido pela coletânea entre os cientistas sociais brasileiros. Para Fábio Wanderley Reis (1991), por exemplo, ela foi organizada em contraposição a uma corrente presente na Ciência Política daquele período: “Um traço saliente da ciência política ensinada e produzida no país continua a ser, em minha opinião, o de suas deficiências no que diz respeito a teoria e metodologia [...]. Por certo, a implantação da pós-graduação em ciências sociais no Brasil se deu em seguida a certas revisões de postulados e abordagens tradicionais da disciplina, ocorridas sobretudo nos Estados Unidos, e à incorporação a ela de métodos e técnicas sociológicas ‘modernas’. O ensino e a prática da ciência política no país sofreram os efeitos desses processos, com a ênfase, durante algum tempo (marcado mesmo por certas polêmicas bastante vivazes, que a alguns de nós pareciam então momentosas), no treinamento em metodologia e empiricamente orientada e com pretensões de cumulatividade. Dificilmente poderia se pretender, porém, que essa perspectiva tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia entre nós. Ao contrário, ela sofreu prontamente uma poderosa reação proveniente de diversas fontes, e — pondo de lado, por exemplo, as resistências suscitadas por parte de certas orientações político-ideológicas e as confusões correspondentes — parece especialmente significativo que já em meados da década de 70 um centro como o Iuperj, certamente um dos focos de propagação da perspectiva em questão, tenha dado origem a um volume destinado a *reagir* contra importantes aspectos dela, o qual, apesar de grandemente equivocado em seus postulados, contou com a adesão receptiva de vários nomes que pareciam filiados a ela [...]”. O argumento é completado em nota de rodapé: “Refiro-me ao volume organizado por Edson Nunes (1978). Eu próprio recebi convite tardio para participar do livro e inicialmente o aceitei, não tendo se concretizado minha participação em consequência do prazo apertado que me foi dado por Edson. Era minha intenção, porém, tomar posição contrária aos postulados fundamentais do livro.” (Reis, 1991, p. 28). Este livro é um entre vários outros no país que teve a sua edição esgotada e que não foi republicado, prejudicando ainda mais a confecção de bibliografias para a graduação em Ciências Sociais. Ver sobre o problema Schwartzman (1991), Fry (1995) e Corrêa (1995a).
16. Refiro-me à coletânea organizada por Ruth Cardoso (1986), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*.
17. Atualmente, o trabalho de campo não é apenas considerado como uma iniciática para o aprendiz de antropólogo: “[...] se, na antropologia, a criatividade nasce na relação entre pesquisa empírica e fundamentos da disciplina, então a pesquisa de campo surge como algo mais que um mero ritual de iniciação no qual o antropólogo prova que ‘sofreu, mas resistiu’. A solidão, embora boa companheira das descobertas da alteridade, não é o caminho virtuoso e mágico que, por si só, produz boa antropologia. À parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, etnia ou outra, mas será sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos próprios conceitos da disciplina, isto é, à tradição teórico-etnográfica acumulada” (Peirano, 1991, pp. 36-37).
18. Em conversa com Luis Fernando Dias Duarte em janeiro de 1995 no Museu Nacional, ao perguntar-lhe sobre alguns problemas ocorridos entre professores da Casa, este me sugeriu que eu não deveria me sentir desconfortável com estas perguntas, pois “fofoca também é Antropologia”. Ver também o texto de Max Gluckman (1963) sobre o assunto.

19. Ver o interessante texto do professor Luiz de Castro Faria (1992), que discorre sobre a popularidade alcançada pela Antropologia no mundo contemporâneo e a sua aproximação com o poder.
20. Da Matta (1978, p. 35) leu Geertz e Dumont e cita a já em pauta nos EUA Antropologia interpretativa.
21. Da Matta (1978, p. 31) coloca uma questão que sempre me incomodou na Antropologia: “É como se na escola graduada tivessem nos ensinado tudo: espere um sistema matrimonial prescritivo, um sistema político segmentado, um sistema dualista etc., e jamais nos tivessem prevenido que a situação etnográfica não é realizada num vazio e que tanto lá, quanto aqui, se pode ouvir os *anthropological blues*”. Sempre reclamei que não me ensinaram a fazer pesquisa antropológica. Descobri agora que o “barato” do trabalho de campo não pode ser ensinado didática e teoricamente. Ou se encontra a sensibilidade necessária para vivê-lo — isto é, ou se está disposto a vivê-lo intensamente —, ou não se tem esta disposição. A pesquisa antropológica tem muito a ver com o inusitado, com as escolhas feitas, com o que se deixou de observar ou se escolheu priorizar. Além do treinamento clássico no pensamento antropológico — que é a própria essência do pensar e fazer da disciplina —, só se aprende a fazer pesquisa de campo fazendo, vivenciando este momento fundamental do pensamento antropológico que didaticamente é muito difícil de ser ensinado.
22. De fazer pesquisa num país em desenvolvimento.
23. “Desejo [...] neste trabalho, trazer à luz todo um ‘outro lado’ desta mesma tradição oficial [de contar como faz a pesquisa] e explicitamente reconhecida pelos antropólogos, qual seja: os aspectos que aparecem nas anedotas e nas reuniões de Antropologia, nos coquetéis e nos momentos menos formais. Nas estórias que elaboram de modo tragicômico um mal-entendido entre o pesquisador e o seu melhor informante, de como foi duro chegar até a aldeia, das diarréias, das dificuldades de conseguir comida e — muito mais importante — de como foi difícil comer naquela aldeia do Brasil Central.”
 “Estes são os chamados aspectos ‘românticos’ da disciplina, quando o pesquisador se vê obrigado [...] É curioso e significativo que tais aspectos sejam cunhados de ‘anedóticos’ e, como já disse, de ‘românticos’, desde que se está consciente — e não precisamos ser filósofos para tanto — de que a Antropologia Social é uma disciplina da comutação e da mediação. E com isso quero simplesmente dizer que talvez mais do que qualquer outra matéria devotada ao estudo do Homem, a Antropologia é aquela onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos (ou subuniversos) de significação, e tal ponte e mediação é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação. Vale dizer, de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes das pessoas e do contato humano” (Da Matta, 1978, pp. 26-27).
24. Usarei algumas vezes o conceito de ciência e outras vezes o conceito de disciplina para me referir à Antropologia. No entanto, isso não significa que considero a Antropologia uma ciência nos moldes como o conceito é empregado para as chamadas *hard science*: “[...] el verdadero problema que plantean las ciencias del spiritu al pensamiento es que su esencia no queda correctamente aprehendida si se las mide según el padrón del conocimiento progresivo de leyes. La experiencia del mundo sociohistórico no se eleva a ciencia por el procedimiento inductivo de las ciencias naturales. Signifique aquí lo que signifique, y aunque en todo conocimiento histórico esté emplicada la aplicación de la experiencia general al objeto de investigación en cada caso, el conocimiento histórico no obstante no busca ni pretenda tomar el fenómeno concreto como caso de una regla general. Lo individual no se limita a servir de confirmación a una legalidad a partir de la cual pudieron en sentido práctico hacerse predicciones. Su idea es más bien comprender el fenómeno mismo en su concreción histórica y única. Por mucho que opere en esto la experiencia general, el objetivo no es confirmar y ampliar las experiencias generales para alcanzar el conocimiento de una ley tipo de cómo se

- desarrollan los hombres, los pueblos, los estados, sino comprender cómo es tal hombre, tal pueblo, tal estado, qué se he hecho de él, o formulado muy generalmente, cómo ha podido ocurrir que sea así” (Gadamer, 1992 [1960], pp. 32-33).
25. O primeiro foi Carlos Rodrigues Brandão, hoje professor na Unicamp.
 26. Com a mesma preocupação antropológica, é necessário que se faça também esta discussão sobre o período que chamamos de a *era da pós-graduação*. Este foi o objetivo de minha pesquisa no doutorado (Rubim, 1996).
 27. A autora diz ainda que, além da antropologia das questões raciais, o autor é também precursor da Medicina Legal brasileira.
 28. Raymundo Nina Rodrigues era por nascimento maranhense.
 29. Que o autor, na época, chama de “psicológica”.
 30. Mais tarde Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.
 31. Nina Rodrigues foi o médico que examinou os cadáveres de personagens famosos como, por exemplo, o de Antônio Conselheiro.
 32. Ao contrário do que Derek Freeman afirma sobre Margareth Mead: que ela encontrou nos adolescentes samoanos o que o seu mestre, Franz Boas, queria que ela encontrasse. Pela transcrição da discussão de Freeman sobre a pesquisa da antropóloga norte-americana ver Maybury-Lewis (1992).
 33. “O impulso inicial do projeto foi de Maria Manuela Carneiro da Cunha e, já que a idéia era produzir um trabalho coletivo, vários professores da área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp colaboraram de uma maneira ou de outra em variadas etapas de sua concretização [...] Foi quase por acaso, e devido mais às circunstâncias do que a um planejamento racional, que fiquei encarregada de pô-lo em prática, no âmbito de seminários ocorridos no primeiro e no segundo semestres do ano de 1984, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social” (Corrêa, 1987, p. 23, nota 1).
 34. E que deram origem também ao livro organizado por Corrêa (1987), *História da Antropologia no Brasil (1930-1960) — Testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson*.
 35. Tese de Ph.D. defendida na Harvard University em 1981 e publicada dez anos depois na *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 110; alguns de seus capítulos foram editados em formato de artigos e publicados no livro *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas* (Peirano, 1991) e no *Anuário Antropológico*.
 36. Concorro com a afirmação da autora e vou mais além, isto é: como a delimitação de um campo científico social influencia a consolidação da auto-reflexão sobre si mesmo.
 37. Além de Peirano, na década de 80 fizeram pesquisas no exterior os seguintes pesquisadores: Ruy Coelho (*Os Karaíb Negros de Honduras*, 1960); George de Cerqueira Leite Zarur (*Seafood Gatherers in Mullet Springs; Economic Rationality and the Social System*, 1975); Luiz Tarlei de Aragão (*Tradition et Modernisme dans la Ville Nouvelle de St. Quentin-en-Yvelines; Utilisation des Méthodes Anthropologiques dans l’Étude d’une Ville Nouvelle*, 1980); Maria Manuela Liege Carneiro da Cunha (*Negros, Estrangeiros; Os Escravos Libertos e sua Volta à África*, 1985); Cláudia Fonseca (*Crime, Corps, Drame et Humour: Famille et Quotidien dans la Culture Populaire*, 1993); Wilson Trajano Filho (tese de doutorado em andamento na Guiné-Bissau).
 38. O caso da USP é diferente. O mestrado e o doutorado já existiam desde a década de 40, quando foram defendidas 31 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado em Ciências Sociais. Com o novo regimento, que passou a vigorar em 1971 (*Revista de Antropologia*, 1986), a USP adaptou a sua pós-graduação à nova legislação.

39. O mestrado em Antropologia Social da UFSC foi criado em 1988. Entrevista com a professora Miriam Grossi em 11 de abril de 1995.
40. Existem outras publicações igualmente importantes como os *Novos Estudos Cebrap*, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, *Dados — Revista de Ciências Sociais* etc.
41. Esta publicação foi editada pelo Iuperj até 1980, quando passou para a coordenação da Anpocs (n. 9). Em 1996 ganhou o *status* de revista.
42. O mestrado foi criado em 1968 e o doutorado em 1977. Neste ano, quando foi escrito o perfil, já havia a preocupação por parte do PPGAS em diminuir o tempo gasto no mestrado (quatro anos), o que só veio a se efetivar nas demais instituições na década de 90. O texto também mostra que, ao contrário do que diz Mariza Corrêa (1995a), não havia isolamento entre os programas de pós-graduação em Antropologia Social no país, pelo menos entre os quatro maiores: “O Programa mantém atualmente convênios formais de intercâmbio acadêmico com a Universidade de Brasília (Instituto de Ciências Humanas, Curso de Mestrado em Antropologia Social) e com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (mestrado em Sociologia e Ciência Política), além de contatos íntimos com os grupos de pesquisa em Ciências Sociais da USP, da Unicamp e de diversas universidades européias e norte-americanas.” (*BIB*, 1978, p. 6).
43. O curso de mestrado em Sociologia e Ciência Política foi criado em 1973 e o de Antropologia em 1979. O doutorado em Antropologia começou a funcionar em 1990.
44. O mestrado foi criado em 1972 e o doutorado em 1981.
45. Como, por exemplo, o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp ou o Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UFBA.
46. O que, para o autor, deveria ter ficado a cargo do ensino técnico de nível médio.
47. Que era a proposta de Vieira da Cunha no texto de 1955.
48. Onde foi publicado sob o título “Through Althusserian Spectres: Recent Social Anthropology in Brazil”.
49. Eram 41 filiados à ABA em 1953, segundo o autor.
50. Como, por exemplo, Donald Pierson, Charles Wagley, Lévi-Strauss etc.
51. FAPESP, CNPq, CAPES, Finep, Fundação Ford etc.
52. Alguns antropólogos brasileiros, nesta época, seguiram os passos da Antropologia interpretativa norte-americana sem estarem, no entanto, no meu entender, munidos de uma boa dose de crítica e questionamentos, que só começam a aparecer no final dos anos 80.
53. Com uma breve introdução de Júlio César Melatti, este relatório foi publicado em *América Indigenista*, do Instituto Indigenista Interamericano (Melatti, 1980).
54. Originalmente como parte da coleção Curso de Introdução à Antropologia, publicada pelo convênio Fundação Universidade de Brasília/Open University, e, mais tarde, também no *BIB* (Melatti, 1984).
55. São ao todo 14 páginas de citações bibliográficas, onde podemos achar um material farto sobre a temática.
56. “O leitor notará que um maior espaço é dedicado à Etnologia. Isso decorre de duas razões: a existência, pelo menos é esta a nossa impressão, de um maior número de trabalhos e um mais amplo leque de temas etnológicos explorados do que referentes a outros ramos da Antropologia; e por ser este roteiro elaborado para um curso que tem um interesse mais forte na Etnologia” (Melatti, 1984, p. 3).

57. Incluída no roteiro de Melatti, apesar de ter se desenvolvido como ciência independente, devido aos laços íntimos que mantém com a Antropologia.
58. Sobre os Tupi ver Viveiros de Castro (1984/85 e 1986, cap.1).
59. Deixarei de fora os textos referentes a Mariza Peirano que foram discutidos anteriormente, quando da análise de sua tese de doutorado, e os de Roberto Cardoso de Oliveira, que serão discutidos mais adiante em capítulo específico.
60. Na realidade, a primeira *Revista de Antropologia* foi editada no ano de 1953.
61. Isto é, tradicionalmente estudamos a nós mesmos.
62. *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, organizada por Edson Nunes (1978).
63. Ou seja, negros estudando negros, mulheres estudando mulheres etc.
64. “[...] praticamente não faço mais pesquisa antropológica, não exercito integralmente minha disciplina, mas nem por isso deixei de refletir sobre ela, sobre sua história e sua epistemologia, seja escrevendo, seja lecionando na Unicamp e, episodicamente, falando em outras instituições de ensino e pesquisa” (Cardoso de Oliveira, 1992, pp. 45-46).
65. No ano de 1992 foi organizada por Mariza Corrêa e Roque de Barros Laraia (1992) uma coletânea de textos de ex-alunos, amigos e colegas do professor Roberto Cardoso de Oliveira, como homenagem pela passagem do seu 60.º aniversário de nascimento. A coletânea conta com vários textos que discorrem sobre a trajetória intelectual e a vida do autor (como os de Luiz de Castro Faria, Roque Laraia e Carlos Rodrigues Brandão), além de textos teóricos sobre as suas contribuições à Antropologia (Ruben, 1992), seu acervo, que se encontra aos cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, e bibliografia.
66. Roberto Cardoso de Oliveira foi professor da maioria dos docentes que hoje são professores no Museu Nacional e na UnB. Foi responsável pela orientação de 5 dissertações de mestrado no Museu Nacional; 16 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado na UnB, e 4 dissertações e 2 teses na Unicamp, totalizando 29 pesquisas até 1995.
67. Sobre este assunto, ver também Da Matta (1977), Azzan Junior (1993) e Rubim (1994).
68. Também publicado no *Anuário Antropológico* 84 (1985).
69. Conceito desenvolvido anteriormente por Thomas Kuhn (1991 [1962]) e Clifford Geertz (1984).
70. Também publicado no *Anuário Antropológico* 83 (1985a).
71. Também publicado no *Anuário Antropológico* 86 (1988).
72. Também publicado no *Anuário Antropológico* 85 (1986).
73. Texto originalmente escrito para o seminário *Entre el Acontecimiento y la Significación: El Discurso sobre la Cultura en el Nuevo Mundo*, Trujillo, Espanha, dezembro de 1992, e publicado parcialmente na *Revista de Antropologia* em 1994.
74. “[...] nunca será demais lembrar que tomo por periférico aquele espaço que não se identifica com o espaço metropolitano — leia-se: Inglaterra, França e Estados Unidos da América —, de onde emergiram os paradigmas da disciplina no final do século passado e princípios deste e que desses países se difundiram para outras latitudes. Periférico, no caso, não se identifica também com a noção política de periferia, enquanto marcadora de um lugar habitualmente ocupado pelo chamado ‘Terceiro Mundo’. Assim sendo, as ‘antropologias periféricas’ podem existir em qualquer dos ‘mundos’, inclusive no mundo europeu, desde que sejam assim chamadas em países que não tenham testemunhado a emergência da disciplina em seu

- território e, igualmente, não tenham ocupado uma posição hegemônica no desenvolvimento de novos paradigmas” (Cardoso de Oliveira, 1994a, pp. 14-15).
75. Conceito desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira no Brasil e que se colocou como alternativa aos conceitos então em voga de aculturação e mudança social.
 76. Conceito desenvolvido por Rodolfo Stavenhagen em 1981 e que propunha, em face da problemática da modernização, um “desenvolvimento alternativo” na América Latina, ressaltando-se as populações étnicas na região. Segundo Cardoso de Oliveira (1994a, pp. 23-24).
 77. Como, por exemplo, as reuniões que acontecem na ABA, na Anpocs, como a Semana de Antropologia realizada no segundo semestre de 1994 na Unicamp e o Seminário sobre o Ensino em Antropologia que se realizou em abril de 1995 no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, como seqüência da mesa-redonda O Ensino das Ciências Sociais em Questão, realizada no Encontro Anual da Anpocs de 1994, em Caxambu. Sob a coordenação de Mariza Peirano, estiveram presentes neste último evento — além de Fábio Wanderley Reis, cientista político da UFMG, e de Juarez Brandão Lopes, sociólogo da Unicamp — Peter Fry, do IFCS/UFRJ, com o texto “Formação ou Educação: Os Dilemas dos Antropólogos perante a Grade Curricular” (Fry, 1995); Paula Montero, da USP, com “Tendências da Pesquisa Antropológica no Brasil” (Montero, 1995); Luis Fernando Dias Duarte, do Museu Nacional/UFRJ, com “Formação e Ensino na Antropologia Social: Os Dilemas da Universalização Romântica” (Duarte, 1995), e Mariza Peirano com “Sobre o Ensino da Antropologia” (Peirano, 1995). Estes textos foram publicados pela ABA em março de 1995, com comentários de Mariza Corrêa (1995a) e Pierre Sanchis (1995).
 78. Unicamp, USP, UnB, Museu Nacional/UFRJ, UFRGS, UFSC, UFPe, UFPA, UFPR, UFF, além do mestrado em Ciências Humanas da UFBA e do mestrado e doutorado da PUC-SP.
 79. Não penso ser a Antropologia uma disciplina com limites rigidamente demarcados em relação às suas irmãs das ciências sociais. Por isso, falo e penso aqui na Antropologia, mas poderíamos desdobrar e generalizar para as ciências sociais muito desta problemática.
 80. Uma pesquisa que vai ao encontro desta questão é a tese de doutorado de Maria da Glória Bonelli (1993), *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*.
 81. Em 1994 foi criado o mestrado em Antropologia Social da UFPA.
 82. Funai principalmente.
 83. Observação feita por ele também na entrevista concedida a Corrêa (1991).
 84. “[...] a categoria tupiniquim é manipulada para designar uma razão diferente, uma razão brasileira” (Castro Faria, 1992, p. 70).
 85. Professor emérito da UnB, com o título conferido pelo Conselho Universitário em 5 de agosto de 1992.
 86. “O Campo da História”, de Raquel Glezer; “O Campo da Geografia”, de Odette Seabra; “O Campo da Economia”, de Flávio Azevedo Marques de Saes; “O Campo da Arquitetura e Urbanismo”, de Nestor Goulart Reis Filho, e “O Campo da Sociologia”, de Eva Alterman Blay.
 87. Apresentado no seminário temático A Construção do Trabalho Intelectual, coordenado por Sérgio Miceli e Ângela Gomes, XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro de 1990.
 88. Interessante também é a leitura dos “agradecimentos” das dissertações de mestrado e teses de doutorado, pois elas nos mostram os caminhos seguidos por gerações de antropólogos e as redes sociais de que fazem parte.

- 89 Veja, sobre este assunto, o artigo de Howard S. Becker (1995), "Foi por Acaso: Reflexões sobre a Coincidência", e o referido memorial de Mariza Peirano, "Não Foi Só Por Acaso: Um Depoimento".
90. Como atesta a produção, na Alemanha, de uma dissertação de mestrado sobre a Antropologia no Brasil: "*Ethnology Brazilian Style?*" *Eine Untersuchung Zur Historischen Entwicklung Des Ethnologischen Selbstverständnisses in Brasilien*, de Wilhem Rodrian (1993), que discute a questão levantada por Alcida Rita Ramos (1990).
91. Como exemplos podemos citar a política indigenista e a intervenção na Constituição de 1988.

Bibliografia

- Agostinho, Pedro
1979 "Ensino Pós-Graduado, Teoria e Pesquisa Antropológica — Uma Experiência na Universidade de Brasília". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 22, pp. 133-142.
- Aragão, Luiz Tarlei de
1980 *Tradition et Modernisme dans la Ville Nouvelle de St. Quentin-en-Yvelines; Utilisation des Méthodes Anthropologiques dans l'Étude d'Une Ville Nouvelle*. Tese de doutorado, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Arantes Neto, Antônio Augusto
1978 "Avaliação & Perspectivas: Antropologia Social". *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, CNPq.
- Azeredo, Paulo Roberto
1986 *Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo, FFLCH/USP.
- Azzan Junior, Celso
1993 *Antropologia e Interpretação*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- Baldus, Herbert
1943 "Ensaio sobre a História da Etnologia Brasileira". *Boletim Bibliográfico*, São Paulo, vol. 1, pp. 59-69.
- Becker, Howard S.
1995 "Foi por Acaso: Reflexões sobre a Coincidência". *Anuário Antropológico* 93, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*
1978 "Perfil Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 5-8.
1980 "Perfil Institucional: Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 9, pp. 7-9.
1983 "Perfil Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 15, pp. 57-62.
- Bonelli, Maria da Glória
1993 *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH/Unicamp.

- Borges Pereira, João Baptista
- 1966 *Cadeira de Antropologia — Organização e Atividades*. São Paulo, FFLCH/USP.
- 1981 “Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 63-74.
- 1994 “Emilio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, vol. 8, n. 22, pp. 249-253.
- Cardoso, Ruth Corrêa Leite
- 1983 “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico”, in M. Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj, *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- 1986 “Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método”, in Ruth C.L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cardoso de Oliveira, Roberto
- 1967 “Brasil 1”. *Anuário Indigenista*, México, vol. XXVII, dezembro, pp. 47-53.
- 1988 *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/MCT/CNPq.
- 1992 “Depoimento: Rememorando um Programa”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, novembro, pp. 45-56.
- 1994a “O Movimento dos Conceitos em Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 36, pp. 13-31.
- 1994b *A Antropologia e a “Crise” dos Modelos Explicativos*. Primeira Versão, Campinas, IFCH/Unicamp.
- 1994c “Olhar, Ouvir, Escrever”. Aula Inaugural, Campinas, IFCH/Unicamp, pp. 5-29.
- Castro Faria, Luiz de
- 1992 “Uma Antropologia Social Tupiniquim?”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 57-75.
- Corrêa, Mariza
- 1982 *As Ilusões da Liberdade — A Escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil* (2 vols). Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo, FFLCH/USP.
- 1987 *História da Antropologia no Brasil (1930-1960) — Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo, Vértice/Ed. da Unicamp.
- 1988a “Traficantes do Excêntrico: Os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos 60”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 3, n. 6, fevereiro, pp. 79-98.
- 1988b “A Revolução dos Normalistas”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, agosto, pp. 13-24.
- 1990 “Avaliação e Perspectivas: Antropologia nos Anos 80”. *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, CNPq.
- 1991 “An Interview with Roberto Cardoso de Oliveira”. *Current Anthropology*, vol. 32, n. 3, junho, pp. 335-343.
- 1995a “Damas & Cavalheiros de Fina Estampa, Dragões & Dinossauros, Héreis & Vilões”, in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 42-43.
- 1995b “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”, in S. Miceli (org.), *A História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré.
- Corrêa, Mariza e Laraia, Roque de Barros (eds.)
- 1992 *Roberto Cardoso de Oliveira — Homenagem*. Campinas, IFCH/Unicamp.

- 1993 *Antropologia — Espetáculo e Excelência. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Ed. da UFRJ.*
- Cunha, Maria Manuela Liege Carneiro da
1985 *Negros, Estrangeiros; Os Escravos Libertos e Sua Volta à África.* São Paulo, Brasiliense.
- Da Matta, Roberto
1977 *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.* Petrópolis, Vozes.
1978 “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’”, in Edson Nunes (ed.), *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 23-35.
1992 “Para Uma Antropologia da Tradição Brasileira (Ou: A Virtude Está no Meio)”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 23-44.
- Debert, Guita Grin
1986 “Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Duarte, Luiz Fernando Dias
1986 “Classificação e Valor na Reflexão sobre Identidade Social”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1995 “Formação e Ensino na Antropologia Social: Os Dilemas da Universalização Romântica”, in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 10-17.
- Dumont, Louis
1985 *Individualismo; Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna.* Rio de Janeiro, Rocco.
- Durham, Eunice Ribeiro
1982 “Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 25, pp. 159-170.
1986 “A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 21, 1.º semestre, pp. 41-55.
1986b “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Durham, Eunice Ribeiro e Cardoso, Ruth Corrêa Leite
1961 “O Ensino da Antropologia no Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 9, ns. 1-2, pp. 91-107.
- Elias, Norbert
1994 *O Processo Civilizador; Uma História dos Costumes.* Vols. I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Fernandes, Rubem César
1984 “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”. *BIB*, n. 18, pp. 238-273.

- Fonseca, Claudia
1993 Crime, Corps, Drame et Humour: Famille et Quotidien dans la Culture Populaire. Tese de doutorado, Université de Nanterre.
- Fry, Peter
1995 "Formação ou Educação: Os Dilemas dos Antropólogos perante a Grade Curricular", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 26-41.
- Gadamer, Hans George
1992 *Verdad y Metodo: Fundamentos de Una Hermenéutica Filosófica*. Salamanca, Ediciones Sígueme.
- Geertz, Clifford
1984 "The Way We Think Now: Toward an Ethnography of Modern Thought", in C. Geertz, *Local Knowledge — Further Essays in Interpretive Anthropology*, Nova York, Basic Books Publishers, pp. 147-163.
- Gellner, Ernest
1981 "Introdução", in E. Evans-Pritchard, *História do Pensamento Antropológico*, Lisboa, Edições 70, pp. 15-38.
- Gluckman, Max
1963 "Fofoca & Escândalo". *Current Anthropology*, 4 (3), junho.
- Helm, Cecília Maria Vieira
1978 "José Loureiro Fernandes: 1903-1977". *Estudos Avançados*, São Paulo, USP.
- Hermann, Lucila
1948 "Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos". *Revista de Administração*, São Paulo, Ano II, ns. 5/6.
- Kant de Lima, Roberto
1985 *A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós*. Petrópolis, Vozes/UFF.
- Kuhn, Thomas
1991[1962] *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Laplantine, François
1988 *Aprender a Antropologia*. São Paulo, Brasiliense.
- Laraia, Roque de Barros
1982 "Avaliação & Perspectivas: Antropologia". *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, Seplan/CNPq.
1987a "Etnologia Indígena Brasileira: Um Breve Levantamento". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 60.
1987b "Os Estudos de Parentesco no Brasil". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 23, 1.º semestre, pp. 3-17.
- Leite Lopes, José Sergio
1992 "20 Anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ". *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, novembro, pp. 1-8.

- Maciel, Alba Costa; Andrade, Diva e Vale, Eunides do
 1978 "A Antropologia na Universidade de São Paulo: Histórico e Situação Atual". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (1a. parte), pp. 117-143.
- Magnani, José Guilherme Cantor
 1986 "Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina Podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas", in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1992 "O Campo da Antropologia". *Cadernos de História de São Paulo: Os Campos do Conhecimento e o Conhecimento da Cidade*, São Paulo, Museu Paulista/USP, n. 1, pp. 45-56.
- Maybury-Lewis, David
 1992 "O Relativismo na Antropologia Norte-Americana". *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 9-22.
- Melatti, Júlio Cezar
 1984 "A Antropologia no Brasil: Um Roteiro". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 17, 1.º semestre, pp. 3-52.
 1980 "Situação e Problemática da Antropologia no Brasil". *América Indigenista*, México, Instituto Indigenista Interamericano, vol. XL, n. 2, pp. 225-279.
- Mendonça, Edgar Gutierrez
 1994 Uma "Aldeia" de Antropólogos: A Antropologia em Brasília. Dissertação de mestrado em Antropologia, Brasília, ICH/DAN/UnB.
- Menezes, Eduardo Diatay Bezerra de
 1979 "A Pesquisa como Base para o Ensino de Pós-Graduação". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 22, pp. 143-149.
- Miceli, Sérgio (ed.)
 1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Montero, Paula
 1995 "Tendências da Pesquisa Antropológica no Brasil", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 18-25.
- Nogueira, Oracy
 1955 "Os Estudos de Comunidades no Brasil". *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, pp. 95-103.
 1984/85 "Hiroshi Saito: 1919-1983". *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, pp. 447-449.
- Peirano, Mariza
 1981 *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Ph.D Thesis, Boston, Harvard University.
 1991 *Uma Antropologia no Plural — Três Experiências Contemporâneas*. Brasília, Editora da UnB.
 1994 "A Favor da Etnografia". *Anuário Antropológico* 92, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 197-224.
 1995 "Sobre o Ensino da Antropologia", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março.

- Pierson, Donald
 1951 “*Cruz das Almas*”: *A Brazilian Village*. Washington, Smithsonian Institution, Institution of Social Anthropology, n. 12.
- Queiroz Junior, Teófilo de
 1986 “Luis Pereira: 1933-1985”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, pp. 197-198.
- Ramos, Alcida Rita
 1988 “A Antropologia Brasileira Vista através do *Anuário Antropológico*”. *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 67.
 1990 “Ethnology Brazilian Style”. *Cultural Anthropology*, vol. 5, n. 4, pp. 452-472.
 1992 *Antropologia em Brasília: Vinte Anos de Pós-Graduação*. ICH/DAN/UnB.
- Reis, Fábio Wanderley
 1991 “‘O Tabelaio e a Lupa’: Teoria, Método Generalizante e Idiografia no Contexto Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, ano 6, n. 16, julho, pp. 27-42.
- Revista de Antropologia*
 1954 “XXXI Congresso Internacional de Americanistas”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 2, n. 2, pp. 155-159.
 1966 “VII Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 6-11 de junho de 1966”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 14, pp. 131-132.
 1978a “IX Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.ª parte), pp. 213-214.
 1978b “X Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.ª parte), pp. 214-215.
 1978c “XI Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.ª parte), pp. 215-216.
 1981a “XII Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 171-174.
 1981b “Associação Brasileira de Antropologia: Estatuto”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 174-180.
 1981c “Novas Regionais da ABA e Seus Regimentos”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 180-187.
 1986 “USP 50 Anos — Ciências Sociais”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 29, pp. 155-161.
- Rodrian, Wilhem
 1993 “Ethnology Brazilian Style?” Eine Untersuchung Zur Historischen Entwicklung Des Ethnologischen Selbstverständnisses in Brasilien. Dissertação de mestrado, Munique, Ludwig-Maximilians Universität.
- Ruben, Guilherme Raul
 1992 “A Teoria da Identidade na Antropologia: Um Exercício de Etnografia do Pensamento Moderno”, in Mariza Corrêa e Roque de Barros Laraia (eds.), *Roberto Cardoso de Oliveira — Homenagem*, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Rubim, Christina de Rezende
 1994 “A Objetividade como Critério de Cientificidade na Antropologia”. *Temáticas*, Campinas, IFCH/Unicamp, ano 2, n. 4, 2.º semestre, pp.141-180.

- 1996 Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação. 2 vols. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Sader, Eder e Paoli, Maria Célia
- 1986 “Sobre ‘Classes Populares’ no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes)”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Saito, Hiroshi
- 1972 “Estudos e Pesquisas sobre os Imigrantes Japoneses no Brasil”, in Egon Schaden (org.), *Homem, Cultura e Sociedade no Brasil: Seleções da Revista de Antropologia*, Petrópolis, Vozes, pp. 99-101.
- Sanchis, Pierre
- 1995 “Uma Leitura dos Textos da Mesa-Redonda ‘O Ensino das Ciências Sociais em Questão: A Antropologia’”, in *O Ensino da Antropologia em Questão — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 44-49.
- Santos, Wanderley Guilherme dos
- 1978 *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades.
- Schaden, Egon
- 1954 “Problemas do Ensino da Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 2, n. 1, junho, pp. 1-10.
- 1967 “Brasil 2”. *Anuário Indigenista*, México, vol. XXVII, dezembro, pp. 53-60.
- Schwarcz, Lilia Moritz
- 1993 *O Espetáculo das Raças — Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Schwartzman, Simon
- 1991 “As Ciências Sociais nos Anos 90”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, ano 6, n. 16, julho, pp. 51-60.
- Seeger, Anthony e Viveiros de Castro, Eduardo
- 1977 “Pontos de Vista Sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 11-35.
- Silverman, Sydel (ed.)
- 1981 *Totems and Teachers — Perspectives on the History of Anthropology*. Nova York, Columbia University Press.
- Souza Lima, Antonio Carlos de
- 1985 *Aos Fetichistas, Ordem e Progresso — Um Estudo do Campo Indigenista no Seu Estado de Formação*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.
- Stocking Jr., George W.
- 1968 *Race, Culture, and Evolution — Essays in the History of Anthropology*. Nova York/Londres, The Free Press/Collier-Macmillan Limited.
- Stolcke, Verena
- s/d *De Padres, Filiaciones y Malas Memorias — Que Historias de que Antropologias?* Mimeo.

- Thomas, Nicholas
1991 "Against Ethnography". *Cultural Anthropology*, vol. 6, n. 3, pp. 306-321.
- Velho, Gilberto
1980 "Sobre Conhecimento e Heresia", in G. Velho (ed.), *O Desafio da Cidade*, Rio de Janeiro, Campus.
- Velho, Otávio Guilherme Alves
1980 "Antropologia para Sueco Ver". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 23, n. 1, pp. 79-91.
- Vieira da Cunha, Mário Wagner
1955 "Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-Profissional por Antropólogos no Brasil". *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, pp. 105-114.
- Viveiros de Castro, Eduardo
1984/85 "Bibliografia Etnológica Básica Tupi-Guarani". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vols. 27/28, pp. 7-24.
1986 *Araweté: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/Anpocs.
1993 "O Campo na Selva Visto da Praia (Fazendo Etnologia Indígena no Museu Nacional, 1974-90)". *Estudos Históricos*, n. 10.
1995 "Sobre a Antropologia Hoje: Te(i)mas para Discussão", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 5-9.
- Wagley, Charles
1953 *Amazon Town; A Study of Man in the Tropics*. Nova York, The Macmillan Company.
1954 "Estudos de Comunidades no Brasil, sob a Perspectiva Nacional". *Sociologia*, São Paulo, vol. 16, n. 2.
- Weber, Max
1992 "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", in Max Weber, *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 1, Campinas, Ed. da Unicamp/Cortez, pp. 107-154.
- Willems, Emilio
1947 *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura.
1961 *Uma Vila Brasileira — Tradição e Mudança*. São Paulo, Difel.
- Woortmann, Klaas Axel A. W.
1991 "Repensando a (Pós-Graduação em) Antropologia". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 118.
1993 "Crônica (Informativa, Levemente Crítica e um Tanto Apologética) de um Programa de Pós-Graduação: A Antropologia na UnB". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 142.
- Zaluar, Alba
1979 "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". *BIB*, n. 6, pp. 9-21.
1986 "Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas", in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Zarur, George de Cerqueira Leite
1975 *Seafood Gatherers in Mullet Springs; Economic Rationality and the Social System*. Ph.D Thesis, University of Florida.

Resumo

Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira

O objetivo deste artigo é construir um panorama da antropologia brasileira através das publicações que tratam da história da disciplina no Brasil, de seu itinerário intelectual e do perfil e situação dos programas de pós-graduação, pontuando algumas questões e problemáticas presentes nestes textos. O recorte é o do pensamento antropológico moderno, isto é, aquele que se construiu a partir da institucionalização dos Programas de Pós-Graduações em Antropologia Social, embora já se encontrasse presente nas preocupações de um grupo de intelectuais anteriormente a este período, e que se auto-definiam como profissionais da antropologia.

Abstract

A Slice of Our History: The Historiography of Brazilian Anthropology

The article paints an overview of Brazilian anthropology drawn from academic journals that address the history of this discipline in Brazil, its intellectual itinerary, and the profile and status of graduate programs. Sifting out some of the questions and issues raised in these texts, the picture that emerges is one of modern anthropological thought, that is, anthropological thought that was effectively built around the institutionalization of graduate programs in Social Anthropology, even though the discipline had already found expression earlier, through the concerns of a group of intellectuals who defined themselves as professionals in anthropology.